



# Anais da Assembléia

N.º 59

CURITIBA, SEGUNDA -FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA  
ATA DA 054.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1984  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Caíto Quintana e Nelson Buffara.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Eduargo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada e Tadeu Lúcio Machado (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Hermas Brandão, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Inter-

no Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Resolução n.º 113/84.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 141/84 e para o Projeto de Resolução n.º 108/84, constantes da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida preferência de votação aos Projetos de Lei de n.ºs 86/84 e 141/84, constantes da Ordem do Dia de hoje, em segunda e primeira votação, respectivamente.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar possíveis irregularidades na Administração Pública do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER a suspensão dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito durante o próximo período de recesso parlamentar, julho/84, durante o qual não correrão os prazos para o seu funcionamento, que serão restituídos quando do reinício dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento de WALTER ZAMARIAN, ocorrido em São Paulo, no dia 20 último.

O homenageado, era médico de alta qualificação profissional e pessoa muitíssimo estimada em toda a região.

Requer, outrossim, que a família seja cientificada do teor do presente requeri-

mento.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) ANTÔNIO BELINATI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Salvador Graciano, ocorrido na semana passada.

"Nhô Belarmino", como era conhecido, morreu aos 63 anos de idade, deixando muita tristeza e saudade a todos quanto o conheciam e admiravam.

Desde 1939, formava a famosa dupla sertaneja "Belarmino e Grabiela", conhecida em todo o Brasil. Em mais de quarenta anos de carreira no rádio, circo, teatro e cinema, a dupla gravou dez LPs e dois compactos.

Peemedebista de primeira hora, "Nhô Belarmino", era radicado em Antonina, onde cultivou um vasto círculo de amizades, conquistando o respeito e a admiração da população daquela cidade do nosso litoral.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício de condolências à família de OMIR FUZARI, pelo seu falecimento ocorrido na última quarta-feira, na cidade de Paissandu, onde exercia a nobre função de Vereador daquele município.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(aa) FERRARI JÚNIOR

TADEU FRANÇA

**JUSTIFICATIVA:**

Os desígnios da Providência Divina vêm ceifar da face da terra mais uma vida dedicada ao serviço do Poder Público, no caso específico do ex-Vereador OMIR FUZARI.

Eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Vereador do Município de Paissandu, teve uma vitória consagrada nas urnas, tal a sua popularidade e laços de amizade naquela cidade.

Justa a nossa homenagem póstuma a esse homem do povo, externada por ofício de pesames desta Casa à família enlutada.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao Senhor Miguel Alves de Oliveira por ter conquistado recentemente o Prêmio Produtividade Rural, em âmbito regional, possuindo sua propriedade localizada na municipalidade de Peabiru.

O Prêmio Produtividade Rural concedido ao Senhor Miguel Alves de Oliveira em âmbito regional, é antes de tudo uma demonstração de um justo e merecido reconhecimento à capacidade e dedicação a este pequeno proprietário rural pelos resultados que o mesmo vem obtendo em sua área agrícola cuja extensão é de pouco mais de quatro alqueires.

Diante da grave crise econômica porque passa a Nação brasileira, torna-se indispensável a busca de alternativas capazes de enfrentá-la, notadamente no setor agropecuário, segmento talvez mais atingido por essa política de recessão.

Neste sentido, em uma propriedade pequena, o Senhor Miguel Alves de Oliveira, têm colocado em prática, medidas que ofereçam fundamentalmente a redução dos custos, que vão desde ao preparo da camada arável da terra (solo) aos tratamentos culturais indispensáveis até a colheita, que sem dúvida alguma serve de exemplo aos demais proprietários de pequenas áreas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) RUBENS BUENO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que sejam realizados estudos devidos visando avaliar as reais possibilidades da criação e instalação de um Núcleo de Manutenção do DER - Departamento de Estradas e Rodagem, na Municipalidade de Mariluz.

O Município de Mariluz situa-se em uma região caracterizado pela existência de diversas estradas de leito natural, havendo também em sua região várias estradas pavimentadas que formam importantes ligações. Ademais, é sabido que as Prefeituras da região, em face das dificuldades financeiras, não dispõem de recursos orçamentários suficientes destinados para a recuperação e conservação das ligações existentes.

Somente com a criação e instalação de um Núcleo de Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem é que se poderá ter me-

canismos à altura de assegurar afrequente conservação de estradas.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação no sentido de que seja liberada maior cota de material de consumo para a Escola Estadual Monteiro Lobato - Ensino de Primeiro Grau, localizado na Municipalidade de Terra Boa.

Atualmente, aquele estabelecimento educacional vem enfrentando sérias dificuldades decorrentes de ausência de material de consumo que atenda as suas conhecidas necessidades. Ademais, a Escola Estadual Monteiro Lobato possui em sua maioria, alunos pertencentes a famílias de baixa renda, fato que exige ainda maior apoio.

Neste sentido, a Ilustríssima Senhora Mirian Ribeiro Rafael, Diretora daquele educandário, espera por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, juntamente com a FUNDEPAR, avaliem as possibilidades de se liberar os materiais que se fazem necessários para o bom funcionamento administrativo.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, objetivando o envio de um trator para prestar auxílio especialmente aos pequenos proprietários rurais existentes na municipalidade de Janiópolis.

O presente requerimento se faz necessário uma vez que, ao sul do Município de Janiópolis, deverá ser construída uma microbacia distante da sede do município cerca de 16 quilômetros, sendo dez de estrada de leito natural e seis de asfalto. Além da construção da referida microbacia, deverá também ser desenvolvida importante trabalho de melhorias dentro das propriedades assim como suas respectivas estradas. Para tanto, é imprescindível que a Secretaria de Estado da Agricultura dê o seu apoio, no que diz respeito em colocar

à disposição dos pequenos agricultores um trator para realizar tais trabalhos, sendo que deverá ser cobrado apenas o seu custo.

Em face da importância inquestionável da efetivação da microbacia em Janiópolis, espera-se, dessa Secretaria, o devido encaminhamento à reivindicação ora exposta, sendo que a mesma é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Lino Dias, Vereador da Câmara Municipal de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na realização de reformas de alguns setores do Colégio Professor João Farias da Costa - Ensino de Primeiro e Segundo Grau, localizado na municipalidade de Nova Cantu.

É considerado bastante precária as condições das instalações daquele estabelecimento educacional, havendo especialmente problemas no esgoto existente, iluminação do prédio bem como da quadra de esportes.

Neste sentido, tal situação levou a direção escolar daquele educandário a remeter a este Deputado que abaixo subscreve, correspondência reivindicando a liberação de recursos capazes de assegurar imediatamente a realização das melhorias que se fazem necessárias, conforme relato da Diretoria Geral, a Senhora Florinda Catarina Fontana.

Em razão dos motivos ora discorridos, espera-se dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, o encaminhamento de medidas que possam atender os interesses daquele colégio, que não são somente daquela direção escolar, mas também do conjunto dos professores, funcionários e estudantes.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes objetivando o desenvolvimento de estudos devi-

dos no sentido de que seja avaliada a possibilidade de se executar o asfaltamento da estrada ligando o Município de Nova Cantu ao Município de Mamborê.

A Rodovia PR-239 tem o seu início partindo da Rodovia BR-369 (Campo Mourão-Cascavel) ligando o Município de Campina da Lagoa ao Município de Nova Cantu, prosseguindo até ao Município de Iretama, que por sua vez está ligada a BR-487 (trecho Campo Mourão-Pitanga). Tal ligação asfáltica, que em síntese é Campina da Lagoa-Nova Cantu-Iretama, representa a integração de três importantes municípios que no passado, estavam praticamente isolados entre si e conseqüentemente, a outras regiões que formam a microrregião doze. Sua pavimentação permite que os habitantes daquelas cidades nos dias de hoje, possam se deslocar mais segura e rapidamente, tanto em direção a Capital do Estado, via Pitanga-Guarapuava, como a Campo Mourão (sede microrregional); ou em sentido oposto: Ubiratã-Cascavel-Foz do Iguaçu.

Indiscutivelmente que as rodovias anteriormente citadas e as próprias interligações entre ambas, conforme as rotas descritas, foram provavelmente as obras das mais importantes já realizadas em termos de transportes.

No entanto, os Municípios de Nova Cantu e Mamborê encontram-se isolados entre si. Para chegar até a cidade de Mamborê tem-se que rumar pela Rodovia PR-239, passando por Campina da Lagoa e após alguns quilômetros, trafegar pela BR-369 (Campo Mourão-Cascavel) no sentido Campo Mourão, devendo entrar em um acesso asfaltado para finalmente chegar a Mamborê. Aquele itinerário representa, na verdade, um grande transtorno para ambas as municipalidades.

Neste sentido, faz-se necessário que essa Secretaria de Estado estude a possibilidade da elaboração de um projeto, uma vez que parece ser inquestionável os benefícios que serão trazidos com a concretização do asfaltamento ligando diretamente Nova Cantu a Mamborê, sendo o referido projeto fundamentado na iniciativa louvável do Senhor Agostinho Valim, morador antigo de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados aos Excelentíssimos Senhores José Richa, Governador do Estado do Paraná e Sr. José Olímpio de Paula Xavier, Secretário de Estado da Administração, sejam estudadas as possibilidades de se efetuar o pagamento dos funcionários do Estado, obe-

decendo o critério do R.G., até no máximo o dia 25 de cada mês.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de pedidos que constantemente temos recebido de interessados que alegam que o pagamento após o dia 25 de cada mês, incorrem em sérios problemas de ordem quitativa de débitos, como pagamento de telefone, com a provocação de juros de mora, além de outros débitos programados normalmente ou tradicionalmente para o dia 25 de cada mês.

Essa julgamos ser uma reivindicação justa de muitas pessoas que nos procuraram, assim como, temos a certeza, de milhares de trabalhadores da rede estadual que comungam com o mesmo pensamento, pois incorrem nas mesmas dificuldades.

Por tratar-se de uma reivindicação por demais justa dou meu total e irrestrito apoio à mesma.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências urgentes no sentido de que seja procedida a recuperação da PR-281, na altura do km 86, entre Francisco Beltrão e Planalto.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A PR-281, que liga os Municípios de Francisco Beltrão e Planalto, foi uma das muitas estradas prejudicadas com as intermitentes chuvas que caíram na região, tendo sofrido desmoronamento na altura do quilômetro 86, o que vem causando sérios transtornos aos veículos que por ali trafegam, inclusive com perigo iminente de graves acidentes, o que nos leva a encarecer o urgente empenho da Secretaria de Transportes, no sentido de providenciar os necessários reparos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, solicitando a instalação de um Posto de Atendimento da ACARPA, no Município de Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) HERMAS BRANDÃO

## JUSTIFICATIVA:

A solicitação para a instalação de um Posto de Atendimento da ACARPA na Barra do Jacaré vem atender a uma antiga reivindicação daquele município, principalmente na área do empresariado agrícola e de pequenos agricultores, que necessitam constantemente de uma assistência especializada no seu dia-a-dia na lavoura. Como se trata de uma região com um potencial agrícola difícil de ser igualado, produzindo hoje toneladas de soja, arroz, feijão e milho, a reivindicação para montagem e funcionamento desse Posto de Atendimento está no nível do posicionamento do município no panorama agrícola estadual.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes encarecendo o imediato cascalhamento da Rodovia BR-158 (Campo Mourão a Roncador) ao Colégio Agrícola localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

A reivindicação se faz necessária em face da precária situação que se encontra aquele acesso da referida estrada ao Colégio Agrícola de Campo Mourão. Totalizando pouco mais de um quilômetro, aquela estrada é indispensável na ligação daquele estabelecimento educacional com a BR-158 e conseqüentemente a cidade de Campo Mourão.

Somente com o cascalhamento é que será assegurado definitivamente o tráfego normal daquela estrada, fato que atualmente não se verifica nos dias de chuva, que por muitas vezes, tem inclusive impossibilitado que os estudantes do Colégio agrícola cheguem até a sede para assistirem as aulas. Ademais, além de situar naquela região as áreas do Colégio Agrícola, existe também um número razoável de casas que constituem a Vila denominada Guarujá, sendo que uma de suas ruas servem ainda como acesso ao Horto Florestal pertencente a Campo Mourão.

Espera-se portanto que essa Secretaria de Estado avalie a possibilidade de imediatamente efetuar o cascalhamento ora mencionado, trazendo sem dúvida alguma condições de tráfego em qualquer circunstância.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER seja enviado

ao Secretário dos Transportes para solucionar o impasse entre os motoristas que transportam soja e demais produtos a Paranaguá e as empresas proprietárias daquelas mercadorias, no que diz respeito ao pagamento de uma taxa a fim de poderem estacionar seus caminhões nos locais determinados.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) NELSON BUFFARA

## JUSTIFICATIVA:

O impasse que se verifica em Paranaguá vem gerando problemas e descontentamento entre os motoristas, ao mesmo tempo em que ocasiona dificuldades no trânsito daquela cidade. Como o assunto está apenas se iniciando, providências da Secretaria dos Transportes, agora, poderão resultar numa solução a curto prazo.

## Projetos de Lei:

## PROJETO DE LEI N.º 150/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário "Post-Mortem", ao Senhor RENATO FESTUGATO.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) MÁRIO PEREIRA

APOIAMENTO: Nilso Sguarezi, Márcio Almeida, Fuad Nacli, Amélia Hruschka, Tadeu Lúcio Machado, Caíto Quintana e Antônio Annibelli.

## JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, pretendemos prestar uma justa e merecida homenagem póstuma, em nome desta Casa e do povo paranaense, ao Senhor Renato Festugato, falecido em 1977.

Conforme bem demonstra o longo histórico que estamos anexando ao presente, Renato Festugato, sempre foi um homem de ação e visão. Nascido na cidade gaúcha de Caxias do Sul em 20 de fevereiro de 1910, estabelecendo-se em Foz do Iguaçu em 1948, transferindo posteriormente sua residência para Cascavel em 1966.

## PROJETO DE LEI N.º 152/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública o Lar Menino Jesus - com sede e foro na cidade de Cascavel - Estado do Paraná - na Rua Donabela s/n.º - Bairro São Cristóvão.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

O Lar Menino Jesus é uma entidade, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e assistencial.

Foi fundado em 08 de abril de 1983 e tem como finalidade principal a assistência social e a promoção humana junto aos menores carentes, abandonados, de ambos os sexos, sem qualquer distinção de raça, cor, condição social, crença religiosa ou política, educando-os e orientando-os com o fim específico de integrá-los a qualquer tempo à comunidade.

A finalidade da entidade é, paralelamente, a de estudar o problema social em especial, o que envolve o menor e seus familiares, utilizando-se de todos os recursos disponíveis para uma integração sócio-econômica entre os menores, sua família e a comunidade o que os leva a uma orientação técnica adequada para a profissionalização ou semi-profissionalização de cada membro a integrar-se.

Encontra-se em pleno funcionamento, atendendo as determinações para as quais foi criada e seu desempenho junto à comunidade cascavelense tem sido de maior relevância.

#### PROJETO DE LEI N.º 153/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à ACAS - Associação Cascavelense de Amigos de Surdos, com sede e foro na cidade de Cascavel, uma área de terra de sua propriedade, constituída do lote urbano n.º 9, da quadra 15, conforme Av. 1, livro 3, de lotes de Reservas públicas, no 1.º Ofício de Registro de Imóveis, da Comarca de Cascavel.

Art. 2.º - A presente doação ficará gravada com as cláusulas de Impenhorabilidade e Inalienabilidade, as quais deverão constar na Escritura do referido imóvel.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A ACAS - Associação Cascavelense de Amigos de Surdos, desde a sua fundação, em 1975, vem funcionando precariamente em prédios alugados e longe do centro da cidade, dificultando assim, o atendimento aos deficientes carentes.

Na área de terra pretendida, é pensa-

mento da comunidade construir a sede própria da Associação em conjunto com a Congregação Pequena Missão para Deficientes de Audiocomunicação da Itália, visando assim o melhor atendimento dos carentes e necessitados de atendimento especial.

Em todo o Brasil, somente Londrina é que tem o privilégio de ser atendida pela congregação Pequena Missão para Deficientes de Audiocomunicação da Itália, no entanto a referida Congregação, optou também por Cascavel para dar o seu atendimento, exigindo apenas que a sede da ACAS, seja em um terreno bem localizado e de fácil acesso.

Para a construção da sede própria, caso seja doado o terreno pleiteado, a Diretoria da ACAS, conseguiu que o projeto arquitetônico fosse doado pelos engenheiros locais e que todo o custo será por conta da Congregação.

#### PROJETO DE LEI N.º 154/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL - REGIÃO DO PARANÁ", com sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Ermelino de Leão, 492.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

A "UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL - REGIÃO DO PARANÁ", é uma entidade de fins filantrópicos que assume um papel de relevância e uma presença marcante junto à comunidade. Simples, atraente, realista e essencialmente humanitário, o escotismo vem ocupando, na prática, um espaço social em que o contato humano direto se faz imprescindível.

No Paraná, através desses anos, vários têm sido os exemplos da abnegação e do humanismo demonstrados pelos nossos escoteiros. Ainda em passado recente eles prestaram um atendimento inestimável aos atingidos pelas enchentes, em tarefa das mais nobres, em que o despreendimento, a presteza e a doação pessoal estiveram presentes. Em muitas ocasiões se impõe o sacrifício, o risco de vida num desafio entre a teoria e a prática. Esse desafio, porém, é assumido e vencido pois, para o escotismo o sacrifício tem um sentido, uma razão de existir: o bem do homem e da sociedade.

O escotismo além de promover o crescimento do homem e a preservação da natureza, incentiva a constante comunicação entre as duas partes, propicia uma sincera

amizade entre seus membros e um diálogo franco entre estes e a comunidade. Colocando os interesses sociais - o bem comum - acima das posições individuais, o escotismo postula que cada indivíduo tem uma função de especial significado no contexto da sociedade e esta função deve ser desempenhada com amor. Neste processo de formação e informação do homem e para o homem, a participação comunitária se faz presente.

Em seus 75 anos de existência outro não tem sido o caminho percorrido pelos nossos escoteiros e os frutos de sua atuação estão no reconhecimento das autarquias e das pessoas beneficiadas. Pela presença marcante na dinâmica social, pela valorização do trabalho humano, pelo exemplo do que seja o homem agente do seu destino só completado quando inserido entre seus pares, fica plenamente justificada a proposta de reconhecimento como serviço de utilidade pública à União dos Escoteiros do Paraná.

#### Projeto de Lei Complementar:

##### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 151/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

§ 1.º - A nomeação para provimento de cargos em comissão da Coordenação da Receita do Estado, excetuados os de Consultor Técnico será de escolha do Chefe do Poder Executivo entre os funcionários:

I - Cargos de Categoria "A", "B" e "C" dentre os funcionários ocupantes de cargo de série de classes AF-1;

II - Cargos de Categoria "D", "E" e "F" dentre os funcionários ocupantes de cargo de série de classes AF-1 e AF-2.

Sala das Sessões, em 25/06/84.

(a) TADEU FRANÇA

##### JUSTIFICATIVA:

Entre o elenco de medidas aprovadas pela Lei n.º 7787/83 de 21 de dezembro de 1983, o art. 4.º alterou disposições do art. 7.º da lei 7051/78, exigindo grau universitário completo para provimento inicial da série de classes de Agente Fiscal 2 - AF-2, portanto equalizando tratamento dado a ocupantes da série de classes de Agente Fiscal 1 - AF-1.

As tarefas cometidas a ambas as classes são de ampla similitude, identificada somente pela pequena variação de complexidade em sua execução.

A filosofia da Lei 7051/78, que é a manutenção de uma espécie fiscal, ficou intocada, todavia com a alteração procedida exigiu-se formação escolar igual para cometimentos de funções também praticamente iguais.

Assim, a proposição que ora submetemos à alta apreciação desta augusta Assembléia visa a modificar os cargos comissionados da CRE - Coordenação da Receita do Estado - consoante sua complexidade e hierarquia, propondo o seu provimento pelo recrutamento interno, como até agora tem sido feito, porém, entre os ocupantes das séries de classes de Agente Fiscal 1 - AF-1 e Agente Fiscal 2 - AF-2, como medida salutar de estímulo e de melhor aproveitamento do seu contingente de pessoal especializado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria que isto não fosse um revide, mas que fosse apenas para esclarecimento. O ilustre patrono da causa do meu companheiro de bancada, Deputado Antônio Belinati, Camilo Donato, famoso advogado em Maringá, onde reside e trabalha há muitos anos, figura conhecidíssima naquela região, foi contratado há mais de um ano pelo IPARDES de Curitiba, para prestar serviços profissionais e alto salário, aproximado, pasmem Bancada do PMDB, de um milhão e duzentos mil cruzeiros mensais.

É mais um figurão do PMDB, que possivelmente recebe e não trabalha, causando prejuízos aos contribuintes do Paraná.

Isto é uma notícia, Sr. Presidente, isto é uma notícia, Srs. Deputados, que eu queria levar a público e de público para a minha bancada. Se essa notícia é verdadeira é mais um grande escândalo deste Governo. Mais uma vez ficará provado este escândalo, de que não há respeito com o dinheiro do contribuinte. Talvez seja difícil provar a mágica do ilustre advogado do Deputado Antônio Belinati, quando ele faz defesa no Maranhão, quando ele faz defesa em Telêmaco Borba, quando ele se traveste e faz defesa do meu companheiro Antônio Belinati.

Queira saber não para um revide, mas para o respeito e para que os Deputados, o Presidente e o Governador José Richa saibam com quem estão lidando; o homem que hoje na metamorfose é advogado do PDS, amanhã advogado do PMDB.

Talvez seja um revide pessoal, mas não é porque nós estamos aqui na Assembléia Legislativa. Mas apenas para dizer à Assembléia e ao Paraná quem é este moço, o famoso advogado que acende uma vela para Deus e outra para o diabo. Isto não cabe defesa à bancada do PMDB, e sim defesa ao meu companheiro de bancada, Antônio Belinati, porque nós estávamos tranquilos, ele



cutucou a onça com a vara curta e agora, Deputado Belinati, como prova Vossa Excelência o seu advogado ganhar hum milhão e duzentos do IPARDES e não comparecer? Talvez eu esteja mentindo, talvez eu esteja faltando com a verdade, Senhor Presidente, mas é uma coisa que fica no ar para a Bancada do PMDB resolver,

Uma denúncia que talvez não seja denúncia, mas talvez seja um fato verídico. Nós estávamos num mar de tranquilidade e haveremos de trazer aqui os fatos verídicos e concretos que o Doutor Camilo Donato é funcionário do IPARDES e vive no Maranhão defendendo causas.

Traremos aqui, Senhor Presidente, e queríamos apenas, Senhor Presidente e Vossas Excelências da Bancada do PMDB, na íntegra, levassem ao Governador José Richa esse escândalo, porque senão a opinião pública vai saber.

Nada queremos. Não queremos revidar, porque a nossa bancada é uma bancada íntegra e a nossa posição na bancada é sólida. Porque não podemos....

(TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- A Mesa comunica ao orador que o seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Caíto Quintana, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edgard Pimentel, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Um dos primeiros pronunciamentos que fizemos neste Poder discorreu sobre a necessidade da implantação de um Programa de Humanização do Sistema Penitenciário Paranaense que viesse descentralizar as unidades prisionais do Estado.

Em determinadas regiões do Paraná criou-se um clima favorável à implantação de Colonias Penais Agrícolas que permitissem a prática do programa, que, em última análise, permitiria ao presídio a possibilidade de sua recuperação e futura reintegração à sociedade.

Na última semana estivemos percorrendo alguns municípios do oeste paranaense, ouvimos inúmeros apelos de pessoas ligadas aos mais diversos segmentos da sociedade oestina voltadas para o tema das Colonias Penais Agrícolas.

Consultamos Prefeitos da AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná), e sugerimos ao Chefe do Executivo Cascavelense que acolha a idéia, determine uma área colocando-a à disposição da Secretaria de Estado da Justiça para que tenhamos testado a expediência que sugerimos.

Muito embora diversos municípios manifestassem interesse no programa, entendemos que Cascavel como centro daquela próspera região possa oferecer-se para que o Governo do Estado pratique esta experiência reclamada pelo povo paranaense que deseja dar um exemplo à Nação, humanizando o seu deficiente sistema penitenciário.

Hoje, voltamos a esta tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para defender a criação do Instituto Penal Agrícola na região Oeste do Estado, pedindo ao Governador do Estado que estimule a Secretaria da Justiça, alocando recursos, para que, a curto prazo, tenhamos o desenvolvimento desta importante proposta, de elevado alcance social para todo o Estado do Paraná".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tem sido uma constante deste Deputado todos os problemas que dizem respeito ao litoral do nosso Estado.

Existe nos Estados do Sul, Extremo-Sul- Rio Grande do Sul e Santa Catarina, através de um esquema elaborado pelo Governo Federal, ao "Pró-Litoral". O de Santa Catarina com denominação de "Projeto Litoral-Sul de Santa Catarina, Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba". Nos mesmos moldes existe também no Rio Grande do Sul. No Paraná já existiu o "Pró-Litoral", desativado nos governos anteriores.

E o Pró-Litoral carregaria recursos significativos para os municípios carentes do nosso Estado da região litorânea. E a nossa pretensão, num estudo que estamos fazendo, viabilizando, para que o Pró-Litoral seja realmente uma realidade e através da SUDESUL possamos reativá-lo, portanto para o bem dos municípios do litoral é nossa intenção, nos próximos dias, trazeremos aqui matéria consubstanciada num estudo acurado, profundo, fazendo com que aqueles municípios possam receber verbas significativas e não recursos minguados que, esporadicamente, são destinados aos Municípios do litoral através da SUDESUL, sob pena deles entrarem em colapso, notadamente Municípios como Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Matinhos e Guaratuba.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, como segundo assunto que pretendemos abordar no Pequeno Expediente, chegou ao nosso conhecimento que filas quilométricas de caminhões ao longo da BR-277 estão de verificando, por um impasse que está ocorrendo entre os proprietários de caminhões



é as empresas que deveriam receber os grânéis por esses caminhões, levados a Paranaguá.

Ocorre, Senhor Presidente, Senhores Deputados que esses caminhões deveriam ficar em local determinado, em local adequado, um estacionamento exclusivamente para esses caminhões, estacionamento pago, portanto os motoristas não querem pagar esta taxa de estacionamento, tão pouco querem arcar com este ônus as empresas que deveriam receber os grânéis.

Existe um impasse, razão pela qual estamos fazendo um apelo ao Secretário dos Transportes, para que ele viabilize de imediato uma solução, que ele intervenha no assunto, encontrando uma solução, a fim de que o problema social não seja criado, está na fase embrionária ainda o problema, portanto fácil de ser contornado e daí, nosso apelo ao Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, para que interfira de imediato e encontre uma solução para que aqueles caminhões não fiquem ao longo da BR-277 e que alguém seja responsabilizado, ou os proprietários dos caminhões ou as empresas que deveriam receber os grânéis, pagando um deles a taxa de estacionamento e resolva-se o impasse que está sendo criado na BR-277.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério, no Pequeno Expediente, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para que o fato não se repita novamente, é que nós ocupamos a tribuna na tarde de hoje, inclusive para fazer um apelo ao nobre Deputado Nilso Squarezzi, Líder do Governo nesta Casa.

Para que converse com Sua Excelência o Senhor Governador, a fim de que novamente não se decrete no meio da semana entre um feriado e o final da semana ponto facultativo, isto porque é um péssimo exemplo dado pelo Governo do Estado e também pelo Prefeito da Capital.

Porque se o Governo raciocina em termos de dispensar funcionários burocráticos para um final de semana prolongado, a custa do bolso dos contribuintes, tudo bem, é uma postura do Governo que nós respeitamos, mas acontece que ele deve lembrar, de que o Estado não se compõe apenas de funcionários burocráticos, mas de funcionários importantes para a vida econômica do Estado e com este feriado esdrúxulo, absurdo, inédito na história do Paraná, concedido de mão beijada pelo Governador do Estado e pelo Prefeito da Capital.

Nós vimos inúmeros caminhões carrega-

dos e parados, sem poder prosseguir viagem, porque não conseguiam carimbar uma guia em coletoria; nós vimos inúmeras indústrias, principalmente do setor madeireiro, paradas no fim de semana por não poder também embarcar madeira ou toras por falta da respectiva guia fiscal; pessoas que necessitavam de documentação para viagem, dependendo do Instituto de Identificação do Estado, também perdendo fim de semana, dias preciosos; isso não se pode fazer, isso é abusar com o povo, para beneficiar funcionários públicos. Foi uma medida que realmente deixou muito a desejar, esta medida do Governo do Estado. E nós fazemos este alerta, inclusive por solicitação das classes empresariais, para que esses fatos não se repitam mais. Porque o Governo não tem o direito de decretar feriado no meio da semana, sem nenhuma justificativa. Porque a argumentação de que os funcionários farão a reposição desse dia, trabalhando mais 30 minutos por dia, é absurda, é infantil, e é ingênua. Porque na quarta-feira, após o almoço, não se encontrava mais uma viva alma nas repartições públicas; essa é que é a realidade. O Estado parou, a economia paranaense parou. Numa hora de crise, numa hora difícil, numa hora que nós precisamos de trabalho, precisamos de produção, para enfrentarmos os desmandos do Governo Federal, na área econômica. Já não basta os Delfins, os Galvêas e os Figueiredos da vida; agora ainda aparece o Governador do Estado do Paraná, infernizando quem precisa trabalhar, quem precisa produzir, quem precisa comer, quem tem compromisso para pagar seus empregados, pagar as despesas da manutenção do seu negócio. E o Estado parou. Parou porque o Governador quis ser magnânimo com o dinheiro do povo. Curitiba parou porque o seu Prefeito quis ser magnânimo com o dinheiro do povo e fica aqui o nosso protesto e ao mesmo tempo o nosso apelo, para que o Senhor Líder do Governo nesta Casa, faça sentir ao Senhor Governador do Estado, o descontentamento de todos aqueles que não são funcionários públicos, contra as benesses que o Governo quis fazer à sua classe de funcionários.

Obrigado, Senhor Presidente. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. *(Lê):*

"Desde o início da colonização paranaense a utilização dos nossos solos, nas diferentes regiões do Estado, tem se caracterizado pela implantação de sistemas

imediatistas decorrentes quase sempre da ação de estímulos econômicos e políticos facilitadores da exploração cíclica e migratória.

Esse processo se iniciou no Norte do Paraná, há cerca de 50 anos, pelo desbravamento de áreas férteis seguido da implantação extensiva de lavouras cafeeiras e, em áreas mais concentradas, de lavouras algodoeiras e canavieiras, e teve continuidade no decorrer da década de 60 quando novas áreas foram desbravadas nas regiões Sudoeste e Oeste, originando um novo ciclo da agricultura paranaense, baseado em cereais, cuja expansão para o Norte foi estimulada pela erradicação dos cafezais, após as geadas de 1969 e 1975, e principalmente por falta de uma política do Governo Federal para esta cultura em nosso Estado, levando os produtores a arrancar seus cafezais, passando a cultivar soja e trigo, culturas que exigem mecanização intensiva, portanto grande provocadora de erosão, quando não adotadas as recomendações técnicas preconizadas, o que na maioria dos casos realmente não ocorria.

A partir de 1965 este processo predatório dos solos e do meio ambiente se acelerou violentamente no Paraná em função da política fomentista implementada pelo Regime Militar em perfeita sintonia com os governos estaduais, visando explorações agrícolas para exportação, condicionando o produtor a despreocupar-se com o futuro dos solos e com os fatores de produção.

As culturas de subsistência como o milho, feijão e arroz, passaram a ser relegadas a um plano inferior e condicionadas a ocupar áreas menos produtivas dependendo muito mais dos recursos naturais de que dos recursos tecnológicos, o que se refletiu no baixo desempenho produtivo e no grande desinteresse por estas culturas básicas ao nosso mercado interno, enquanto os produtos agrícolas destinados ao mercado externo receberam prioridade do Governo através de estímulos especiais à exportação e por outro lado todo o acesso de tecnologia ao produtor rural foi condicionada à política de crédito rural e ao próprio modelo de política posta em prática no Brasil. Nesta situação, ao invés dos técnicos orientarem o uso do crédito, tiveram que acatar as linhas de conduta imposta pelo Governo, através das entidades bancárias, tirando todas as condições dos técnicos acompanharem e orientarem a aplicação correta dos recursos a nível de propriedade, o que veio a beneficiar principalmente as indústrias de fertilizantes e as multinacionais de agrotóxicos. Esta política, de imediato, trouxe relativos ganhos ao produtor rural, mas introduziu o ônus da vergonhosa importação de produtos agrícolas necessários ao nosso consumo e a degrada-

ção violenta dos solos e do meio ambiente.

O resultado desta política imediatista, predatória e irresponsável, Senhor Presidente e Senhores Deputados, só agora começamos a sentir com intensidade. Vivemos uma situação angustiante: a maioria dos produtores despreocupados com práticas efetivas de controle da erosão e de proteção ao solo; o uso abusivo de herbicidas e agrotóxicos determinando a destruição das condições ambientais e da microvida do solo, milhares de pessoas mortas ou com terríveis sequelas devido a intoxicação destes venenos químicos; o emprego de equipamentos inadequados no preparo do solo e o seu uso indevido, induzido pelas revendedoras de máquinas e pelas facilidades de aquisição, constituindo verdadeiros parques de máquinas a nível de propriedade e que hoje são verdadeiros "ferros velhos" sem utilidade; a proluição dos rios; a utilização de práticas culturais impróprias em prejuízo de um correto manejo de solo e da própria economia nacional, Com perdas irreversíveis do solo fértil. Chegamos a situações extremas, como no Noroeste do Estado, onde os solos por serem mais susceptíveis à erosão já existem aproximadamente um milhão de hectares em condições de pre-desertificação, ou seja, sem viabilidade de uso agrícola. A cobertura florística primitiva do Estado que era de 83,7% da sua área total em 1930, está reduzida a apenas 5,1%, chegando em algumas regiões, como no Oeste, a apenas 1%, causando sérios desequilíbrios ambientais, provocando constantes vendavais que deixam famílias inteiras desabrigadas, enormes prejuízos e a população em pânico, como aconteceu recentemente em Guaíra e municípios vizinhos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Diante deste quadro preocupante a classe agrônoma propôs ao governo do Estado um conjunto de medidas duradouras, com a preocupação de combater as causas da erosão e da degradação ambiental, e não apenas os efeitos, como ocorria anteriormente. Embasado nesta proposta o governador José Richa, através da Secretaria da Agricultura, elaborou o Programa de Manejo Integrado dos Solos visando implementar uma nova filosofia de trabalho nas questões ambientais, com as ações voltadas intensivamente no sentido de considerar o fator terra como base da programação, segundo suas limitações e capacidade de uso agrícola, sem deixar de considerar todos os fatores que interferem no eco-sistema, no módulo de trabalho cognominado microbiologia hidrológica.

Para a execução do programa, o Governador José Richa liberou recursos na ordem de 4 bilhões de cruzeiros, distribuídos de acordo com as necessidades levantadas em

cada região administrativa e justificadas através de um plano regional. Vale lembrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a liberação destes recursos é uma medida inédita, pois nunca o Estado liberou valores desta ordem para programas semelhantes nos governos anteriores.

Com estes recursos já foram planejadas 444 microbacias em 198 municípios, perfazendo uma área a ser atendida pelo programa de 416.281 hectares.

E o que é mais importante. Dentro do programa os produtores organizados nas microbacias estão recebendo os seguintes benefícios:

- subsídios para a prática de conservação de solos na sua propriedade. Em função dos altos custos o programa, através da CAFE do Paraná, subsidiará ao pequeno produtor 60% deste custo, 40% ao médio produtor e 20% aos grandes produtores, viabilizando principalmente aos pequenos e médios produtores a construção dos terraços, eliminações de voçorocas e construção de açudes;

- subsídios ao calcário, pois principalmente na Região Centro Sul, o aumento da produtividade é facilmente conseguido através da calagem, o que vinha sendo realizado devido a descapitalização do produtor. Desta forma se recupera áreas que já estavam abandonadas à produção;

- fornecimento gratuito de sementes de leguminosas e gramíneas visando a produção de massa verde para cobertura e proteção do solo. Com isso o produtor estará protegendo o seu solo contra a erosão, melhorando sua qualidade física e biológica, além de aumentar a fertilidade a custo baixíssimo, sem depender dos fertilizantes químicos;

- fornecimento gratuito aos produtores de 10 milhões de mudas de árvores nativas e exóticas, produzidas pelo ITC, para a proteção de fontes, nascentes e rios das microbacias, com o objetivo de melhorar as condições ambientais da bacia hidrográfica, além da produção de madeira ao nível da propriedade;

- assistência técnica, através da ACARPA, para o planejamento conservacionista da propriedade, adequando-a a sua capacidade de uso, bem como, recebendo todas as orientações técnicas previstas no programa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esta é a síntese do programa que está começando a revolucionar a prática agrícola paranaense. Várias micro bacias já se encontram em fase final de execução, principalmente nas regiões de Toledo, Cascavel e Campo Mourão, onde o programa teve início, servindo inclusive para embasamento maior da proposta. Os resultados são significativos. Para exemplificar gostaria de citar

o exemplo de uma das microbacias de Toledo, onde já é possível ver novamente o Rio Marrecos correr com água limpa, graças aos sistema de conservação e manejo do solo ali empregados impedindo que as águas sujas da erosão tinjam o rio de vermelho. Outro fato exemplar foi o ressurgimento de uma lagoa dentro da microbacia que tinha desaparecida, devido ao rebaixamento do lençol freático, provocado pelo mau uso e manejo do solo nas suas proximidades.

Mas o mais significativo dos fatos ocorridos foi o aumento da produtividade conseguida pelos produtores da microbacia. Enquanto a média de soja produzida no município foi de 80 sacas por alqueire, os produtores da microbacia conseguiram colher uma média de 110 sacas por alqueire, pela aplicação de um bom manejo do solo e as práticas mecanizadas de conservação, que fizeram com que o solo armazenasse o volume de água necessário a uma boa formação dos grãos, enquanto as áreas vizinhas, em que o manejo não foi adotado, foi prejudicado pela falta de água, atingindo a cultura na sua fase mais crítica, a formação de grãos. Desta forma, estes produtores pagaram todos os investimentos feitos na área já na primeira safra, sentindo na prática os benefícios de se fazer um bom manejo e conservação do solo.

Com estes resultados está ocorrendo constantes visitas de produtores às microbacias, interessados em solucionar seus problemas. Surgem várias associações de produtores buscando as soluções nos órgãos de assistência técnica, o que normalmente não ocorria, fato que demonstra o interesse e a consciência que o programa vem despertando a nível do produtor, o principal beneficiário.

Por outro lado, Senhores Deputados, gostaria de lembrar que o investimento de 4 bilhões de cruzeiros correspondem a menos de dez mil cruzeiros por hectare, cujo retorno ocorrerá imediatamente no ano seguinte, com o aumento na arrecadação dos impostos advindos do aumento da produtividade, sem considerarmos ainda que o produtor aumentando a sua renda desencadeia um processo de melhoria econômica no seu município, estado e nação.

Portanto, além de se tratar de um investimento a curtíssimo prazo visando preservar o nosso maior patrimônio, é também um altíssimo negócio que melhora sensivelmente as condições de vida de nossa população.

Desta forma reivindicamos do Governo Federal a destinação de recursos na continuidade do programa, no mínimo com um valor indêntico aos que o Governo do Estado está aplicando, já que os benefícios são para todos e principalmente para o Governo Federal que depende fundamentalmente da

agricultura para o equilíbrio da sua balança comercial.

Através do Programa de Manejo Integrado dos Solos, foi possível demonstrar, de acordo com depoimentos dos próprios produtores da microbacia de Toledo, que o retorno dos recursos, quando corretamente aplicados na agricultura, acontecem rapidamente através do aumento da produtividade e da renda do produtor, desencadeando um processo de desenvolvimento, gerando novos empregos, acionando a indústria e o comércio e conseqüentemente, melhorando a economia do país e o bem estar do povo.

Portanto, esperamos e exigimos que o Governo Federal participe deste programa, e não adote o mesmo procedimento que assumiu recentemente com o PRONOROESTE - Programa de Controle da Erosão do Noroeste do Estado - quando "cortou" 2/3 dos recursos solicitados, exigindo uma redução no ritmo de trabalho naquela região, que é a mais atingida pela erosão e onde já existem um milhão de hectares em estado de pré desertificação."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, por dez minutos, o Deputado Caíto Quintana e em seguida, também por dez minutos, o Deputado Sérgio Spada.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Esta Casa vota, na tarde de hoje, o Projeto de Lei Complementar 259/83, que altera dispositivos na Lei Orgânica dos Municípios.

Neste projeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que altera a Lei Complementar n. 2 de 18 de junho de 1973, que é a Lei Orgânica dos Municípios, apresentamos em Plenário uma Emenda Substitutiva Geral para podermos corrigir distorções que acreditamos acontecerem no momento, no que se refere a pagamento de subsídios do Prefeito Municipal.

Apresentamos uma emenda substitutiva com o seguinte teor: (Lê)

"Art.73 - O subsídio do Prefeito, que não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago ao servidor do Município, a qualquer tempo, será estabelecido pela Câmara Municipal até o término da legislatura, para vigorar na seguinte, devendo o decreto legislativo fixar reajustes progressivos para cada ano de mandato, com base no MVR (Maior Valor de Referência) oficial do período ou outro índice legal que venha a substituí-lo."

Art.2.º - Os demais artigos permanecem com sua redação original.

Sala das Sessões, 12 de junho de 1984

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O artigo 73 da Lei Orgânica dos municípios, prescreve que: "O subsídio do Prefeito, que não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago ao servidor do Município, no momento da fixação, será estabelecido pela Câmara até o término da legislatura, para vigorar na seguinte, podendo o decreto legislativo fixar quantias progressivas para cada ano de mandato."

As modificações que propomos no mencionado artigo da Lei Orgânica dos Municípios, estão consubstanciadas nas seguintes expressões:

a) - Onde se lê: no momento da fixação, leia-se a qualquer tempo.

b) - Onde se lê: podendo fixar quantias progressivas, leia-se devendo...

c) - Onde se lê: quantias progressivas para cada ano de mandato, leia-se reajustes progressivos para cada ano de mandato, acrescentando-se: com base no MVR oficial ou outro índice legal que venha a substituí-lo."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Atualmente, a Lei Orgânica dos Municípios que trata de remuneração dos Prefeitos, dá margem a interpretações diversas, podendo propiciar abusos a maior ou a menor, de acordo com o momento político.

O subsídio deve ser fixado numa legislatura para vigorar na seguinte. Este é um preceito constitucional federal que não cabe apreciar no âmbito desta Casa de Leis. Assim, esta norma, contida no artigo 44, parágrafo 7.º de nossa Carta Magna dispõe que a competência para modificação deste item cabe ao Congresso Nacional.

O estabelecimento de parâmetros salariais com os servidores municipais nos parece também justo, pois o Prefeito é também, um servidor público.

Entretanto, a atual legislação prescreve que este indicador de vencimentos vinculado ao maior padrão de vencimentos pagos ao servidor no município tem validade apenas na época da fixação, pela Câmara, dos subsídios do Prefeito.

Como o artigo da Lei Orgânica agora abordado reza que o subsídio poderá ser fixado em quantias progressivas, dá à Câmara Municipal o direito de fixar ou não quantias progressivas, o que equivale dizer que, se o Poder Legislativo Municipal for omissivo em relação a este item, os servidores municipais serão reajustados como manda a legislação, agora semestral, e, em pouco tempo, diversas faixas salariais de servidores municipais poderão estar acima do subsídio do Prefeito, em evidente injustiça, pois a inflação pesa no bolso de

todos.

Em relação à expressão "reajustes em quantias progressivas" nos parece amplo demais, pois pode ser entendida como quantidade as progressivas pré-fixadas em dinheiro para os anos seguintes, o que, na época de inflação descontrolada, seguramente traz problemas. Por outro lado, a citada expressão pode ser entendida como reajuste progressivo com base em ORTN, UPC, valor de Referência ou outro índice, proporcionando uma indesejável desigualdade entre os diversos municípios de nosso Estado.

Por esta razão, estamos propondo que se conste a expressão "reajuste progressivos para cada ano de mandato, com base no INPC", pois é o índice Nacional de Preço ao Consumidor o indicador oficial mais usado para cálculo legal dos reajustes salariais. Esta medida estaria uniformizando as atualizações de maneira democrática em todos os municípios.

Para se ter uma idéia de que esta hipótese é real basta citar que no ano passado, procurando orientar as Câmaras Municipais, a FAMEPAR enviou circular a todos os municípios, surgindo um Modelo de Decretos Legislativo para fixação do subsídio do Prefeito e exemplificando textualmente que o reajuste poderia ser atualizado com base no aumento de vencimento concedido aos funcionários municipais, na variação da ORTN, na variação da UPC ou na variação do Valor de Referência, à escolha da Câmara. Isto significa que, em nosso Estado, vigoram hoje, simultaneamente, diferentes formas de reajustes dos subsídios, o que não é justificável.

Inserimos no texto a expressão "ou outro índice legal que venha a substituí-lo", pois caso se verifique, a qualquer tempo, a mudança da legislação colocando-se como parâmetro oficial para reajustes salariais outro índice que não o MVR, o presente artigo não estaria prejudicado e não necessitará ser modificado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O artigo 26 da Constituição Estadual estabelece que as leis complementares à Constituição serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, observados os demais termos da votação das leis ordinárias. Considera, ainda, como Lei complementar, a Lei Orgânica dos Municípios.

Estas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as razões que nos motivam a apresentar este Projeto de Lei complementar modificando o artigo 73 da Lei Orgânica dos Municípios, que, por não terem nenhuma conotação de ordem política, uma vez que é genérica e pretende sanar injustiças e impedir abusos em todos os municípios de nosso Estado, independente da sigla parti-

dária a que pertença ou venha a pertencer o Prefeito.

Assim, contamos com a compreensão e o necessário apoio dos Senhores Deputados de ambos os Partidos na apreciação deste Projeto que nos parece ser do interesse, acima de tudo, da justiça social na área de remuneração de todos os Prefeitos de nosso Estado e, portanto, acreditamos que venha em benefício direto do aperfeiçoamento da Administração Pública."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, no Horário da Liderança do PMDB, por 20 minutos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desejo nesta oportunidade transmitir à Casa e em especial ao Deputado Gabriel Manoel que, em face do seu pronunciamento nesta Casa há pouco, sobre a contratação do Advogado Carmino Donato Junior, pelo Iparides, cumpro o dever de informar a todos que o referido advogado, segundo informes da direção dessa fundação, não foi e não é servidor contratado pelo Iparides.

No entanto, quero afirmar a Vossa Excelência, nobre Deputado, que quem sabe, haja alguma informação deturpada, porque na verdade, desde 1.º de maio de 1979 existe como contratado pelo Iparides, cumprindo funções no atendimento a um convênio entre a Secretaria de Transportes e Iparides, um técnico intermediário de nome Carmino Aparecido T. Junior, que não é evidentemente, o Doutor Carmino Donato Júnior.

Faço apenas este informe, atendendo ao pronunciamento do nobre Deputado Gabriel Manoel. Cumprindo acrescentar que trago essas informações que me foram transmitidas neste momento há pouco, pelo Superintendente da Fundação Instituto Iparides.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa excelência me permite um aparte?

Deputado então está dirimida uma dúvida e talvez seja um erro nosso, e queremos nesse momento agradecer a Vossa Excelência pela informação e segundo informações que tivemos, seria esta Camilo Donato Júnior. Agora, já que Vossa Excelência nos honrou, dirimindo os fatos, eu digo a Vossa Excelência que nós estamos satisfeitos com as informações, e agradecemos a Vossa Excelência - como lídimo representante do povo - ao dizer, que o ilustre advogado Camilo Donato Júnior, não tem nada a ver com o Iparides. E, para mim, a palavra de Vossa Excelência é aval que nós respeitamos.

Pedimos Vênia e apenas pedimos também, que Vossa Excelência não leve por outro prisma, a não ser o esclarecimento da ver-

dade. Muito obrigado pela atenção ao Deputado, muito agradecido pela informação. Eu agradeço e digo a Vossa Excelência Deputado Adhail Sprenger Passos que assim é que se faz, assim é que se esclarece, assim é que a opinião pública fica satisfeita. Os meus respeitos a Vossa Excelência e aos diretores do IPARDES que informaram Vossa Excelência. Uma denúncia que talvez não é nenhuma gravidade, mas uma denúncia que nós retiramos embasados nas informações de Vossa Excelência. Os meus respeitos Deputado Adhail Sprenger Passos e os meus agradecimentos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu desejaria também nesta oportunidade do PMDB, registrar a presença nesta Casa do Jovem Jaimar Sales Saraiva, que está aqui à direita, prócer do PMDB de Rondônia e que se acha em Curitiba para participar do Comício em favor das "Diretas Já," para Presidente da República, tendo se deslocado até esta Capital pedalando a sua bicicleta. Numa demonstração de civismo e de dedicação às causas mais nobres da sociedade brasileira. Nos queremos em nome do PMDB, além do registro da sua presença nesta Casa, saudar o Jovem Jaimar Saraiva em nome de toda Bancada do PMDB.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me concede um aparte? (**Assentimento**).

Nobre Deputado Adhail, eu me associo à sua homenagem a esse jovem ciclista e aproveito a oportunidade em que Vossa Excelência trata sobre eleições diretas para Presidente da República, para destacarmos a manifestação que os Partidos de Oposição farão realizar hoje, na cidade de Curitiba, em favor das eleições diretas. E me baseio nesse jovem, jovem como uma geração inteira que pertenceu à minha geração, que não teve o prazer até hoje, de ver escolhido pelo voto direto e secreto o seu Presidente da República.

Vejo num jovem pedalando pelo Brasil inteiro, pregando eleições diretas para Presidente da República, o sentimento maior do brasileiro como um todo hoje, num desejo de contribuir para que a sua Pátria reencontre o caminho da democracia, da ordem social, jurídica e possa assim estruturar para poder dar resposta aos grandes problemas que nós estamos vivendo. Nunca Deputado Adhail Sprenger Passos foi tão clara e nítida a visão de que o Brasil só tem como saída eleições diretas para Presidente da República, porque podemos sentir nos partidos políticos as dificuldades de poder se compôr a presença nesse espúrio Colégio Eleitoral.

Vê-se a dificuldade em todos os partidos de uma fórmula capaz de poder conciliar o interesse dos políticos, já que não

se pensa em conciliar os interesses do povo. Então nobre Deputado, fica patente aos olhos de todos que as formas expúrias, arranjadas, para poder satisfazer interesses de pequenos grupos não podem mais vigorar no Brasil. E o bom senso político, a maturidade dos políticos brasileiros, a devolução do respeito para essa classe política que tem a responsabilidade de bem representar o povo dessa Nação deveria para pensar nesse instante, antes que os partidos se desmoralizem, tenham a sua implosão interna exatamente porque não se pode mais conciliar o interesse de ninguém através de regras espúrias.

Então Deputado Adhail, valendo-me do gancho que Vossa Excelência fornece dessa tribuna, quando cita a movimentação brasileira das mais variadas formas em favor da eleição direta, eu aproveito para registrar o comício de hoje, em Curitiba, reiniciando o ciclo das manifestações públicas pelas eleições diretas. E aproveito mais, para conclamar a classe política com assento nessa Casa, para poder pressionar a classe política brasileira como um todo, no sentido de que não venhamos contrariar a vontade popular porque esta é a nossa única saída. Este seria o grande pacto nacional; esses seria o grande acordo da Nação entre o povo, os seus políticos e os seus governantes. Eleições diretas para Presidente da República, ganhe o partido que ganhar, mas ganhará com o respaldo da população e aí sim, seria possível todos nós procurarmos encontrar o caminho para sairmos da grande crise que estamos vivendo, envolvendo desde o campo social até o campo jurídico esta Nação que poderá ser grande, mas que da forma que está, passa a ficar menor a cada dia.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, e acrescento mais. Ao lado de vermos a sociedade como um todo em favor das eleições diretas; a sociedade como um todo exteriorizando esse sentimento cívico e patriota em favor das eleições "diretas Já" para Presidente da República, exteriorizações as mais variadas como a do jovem que hoje nos visita, nós ao lado disso temos que constatar que os segmentos partidários e segmentos minoritários dessa sociedade ainda não souberam sentir esse elevado anseio popular e ainda se aprestam como se aprestaram em 25 de abril, desejosos de evitar que a Nação brasileira, ou melhor que o Estado brasileiro se reencontre com a própria Nação brasileira. E esse reencontro que devia ser feito o quanto antes, provocando-se a legitimidade do poder mais alto desta Nação através das eleições diretas, é que nós iniciariamos a grande caminhada para a solução das múlti-



plãs crises que assolam a realidade brasileira.

Nós poderíamos começar a caminhar na solução dos graves problemas de origem política, de natureza política, de natureza econômica, de natureza educacional, de natureza até moral, sem falar na própria crise institucional porque passa este País. É lamentável que ainda poucos homens públicos deste País, não tenham alcançado o grande momento que vivemos nesta Nação, que ela devia, evidentemente, encontrar da parte ou daqueles que detêm a parcela significativa do poder nacional de fazer com que o Estado se reencontrando com a Nação, nós recomeçemos, a caminhar a trilha desejada por todos os brasileiros.

Ficam aqui essas palavras nesta oportunidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como mais uma vez a proclamar desta tribuna aquilo que o povo tanto anseia e tanto espera que a vinte e sete de julho deste mês, lá no Congresso Nacional, se concretize uma vez por todas para que esta Nação possa caminhar pelas trilhas que tanto deseja e espera.

Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta à Liderança do Partido Democrático Social se fará o uso da palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Por 10 minutos, o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o Senhor Deputado Gabriel Manoel, por dez minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós também somos pelas "Diretas", mas queríamos saber da sinceridade do pronunciamento do Deputado Adhail Sprenger Passos se eles são firmes pelas diretas ou se estão manobrando para que Tancredo Neves seja o candidato do PMDB pelas indiretas. É a decepção do povo, Senhor Presidente, é a decepção do povo, Senhores Deputados; é a coragem que falta aos homens das "Diretas-já."

Estes homens, que se não saem as diretas, vão votar indiretamente no honrado Governador de Minas Gerais. Queríamos apenas que este moço, na ilusão efêmera de uma política séria e sadia, que é pelas diretas não pode ter candidato nas indiretas. Quem luta, quem traz à praça pública, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trinta, cinquenta mil almas brasileiras, que estão ansiosos pelas transformações do modelo econômico, não podem ser desiludidos, são cinquenta mil almas paranaenses, ou cem, ou duzentas, dois milhões de elei-

tores que querem as diretas. Agora, ficamos divulgando, Senhor Presidente, como dizia um adágio popular: "há sinceridade nisso"? OU vamos votar amanhã ou depois em Tancredo Neves para as indiretas?

Lá, no meu rincão, os cablocos de minha estirpe diziam: "pão-pão, queijo-queijo". Não se atira uma pedra no santo e outra no diabo. Eu queria também que este pronunciamento do ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, Líder em Curitiba, líder no Paraná, e líder no PMDB, ficasse marcado que ele não votará nas indiretas e nesses companheiros em hora e momento nenhum. Como se pode articular a candidatura de Tancredo Neves na indireta é trazer para ludibriar o povo numa manifestação de um "showmício", hoje, no Paraná, amanhã em São Paulo, e nas Minas Gerais numa eleição direta? O que me resta perguntar ao Deputado Adhail de que lado ele está? De lado está o PMDB? Se é das diretas verdadeiramente ou se a máscara há de cair quando as diretas forem inviáveis.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte, Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu já permito um aparte a Vossa Excelência. Eu só queria completar o meu raciocínio.

Então, se somos a favor das diretas, lutaremos, Deputado Caíto Quintana, ou ficaremos quietos, no nosso redil, como diz a Bíblia; ou ficaremos quietos, porque não adianta ascender uma vela a Deus e outra ao Diabo. Quando sabemos, que paralelamente, o PMDB já tem um candidato para as indiretas.

O Sr. Nilso Squarezzi - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Já concederei, um momento, só queria que Vossa Excelência deixasse, dentro das limitações do meu raciocínio, eu completar.

Como pode o PMDB vir aqui e derrubar a má cara, para vergonha nossa, lutar pelas diretas, se ele já tem um candidato para as vias indiretas.

Então, o Partido do PMDB, o partido que nos derrotou, o partido que ganhou em Santos, o partido que ganhará nas diretas, no Brasil, devia dizer: nós temos dois pesos e duas medidas; se não der certo um, vai dar o outro. Agora, eu diria, dentro desse raciocínio peculiar aos homens do interior; o homem que não tapeia o povo; o homem que não tapeia esse jovem que vem de bicicleta para votar nas diretas. Que nós estamos por trás do pano, por trás dos bastidores, articulando um candidato na indireta, um candidato como o nosso vice-Presidente da República, o candidato Governador das Minas Gerais.



Onde está a coerência dos homens das diretas? Onde está a coerência dos dois pesos e duas medidas? Onde está a consciência dos brasileiros? Onde estão os homens que levam o povo à praça pública para que saibam e para que não saibam que o povo quer pão e circo; para darem pão e circo ao povo e a primeira traição ao povo. Porque sabe muito bem o PMDB que as diretas no momento são inviáveis; e queira Deus, quiçá que eu esteja enganado. O candidato do PMDB é o Dr. Tancredo Neves, Governador de Minas Gerais, homem digno, mas que não pode também estar claudicando ou sendo claudicado. É a relutância da verdade; é o que é meridiano, Sr. Presidente, Srs. deputados, é o que é meridiano, imprensa do meu Paraná.

Como se pode hoje fazer um comício pró-diretas e estar nos bastidores tramando a primeira traição ao povo. A traição dos homens que vão derrubar a máscara; a traição dos homens que pretendem votar junto com o nosso Vice-Presidente da República, ao lado de Tancredo Neves, homem digno, homem honrado, homem capaz, homem que governa as Minas Gerais, homem de uma tradição que nos orgulha como brasileiros; mas a traição ao povo aí está. A traição ao pobre moço da bicicleta: eles estão te traindo; eles estão de tapeando, porque já estão mancomunando; porque se não der cheque, como vai dar a eleição direta, que o Senhor Tancredo Neves será o candidato das indiretas, dos salvadores da Pátria; dos homens que acham que a solução...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Apenas vou complementar Vossa Excelência deixe eu raciocinar que depois eu concedo.

Nós não somos contra. Mas, onde está a autenticidade desse povo, que fala em eleição direta, que empolga o Paraná, Sr. Presidente, que empolga o Brasil; onde está a autenticidade desta gente. Minha terra, o caboclo do interior, o homem sofrido que derrama o seu suor ao puxar o rabicho da enxada, o rabicho do arado este homem que tinha esperança no PMDB, onde está o PMDB com a eleição direta, se está comungando, Deputado Adhail Sprenger Passos, traindo este rapaz que veio de bicicleta...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - ... é mais uma farsa, é mais uma traição ao povo, os homens que foram ontem a se reunir para lançar...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência me assegurasse a palavra.

Eu gostaria de dizer, aos homens que

vão lançar o nome de Tancredo Neves uma opção da eleição indireta, então são dois pesos e duas medidas, rapaz que veio de bicicleta, volte ao seu lar e pense...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Ele é muito mais democrático, nobre Deputado mais do que Deputados Federais do seu Partido que nem no Congresso compareceram.

O SR. GABRIEL MANOEL - Encantado, nobre Deputado.

Volte com a desilusão que também no PMDB tem a farsa...

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao orador que está na tribuna que o seu tempo está esgotado. Consulto à Liderança do PDS se o tempo concedido ao ilustre Deputado pode ser prorrogado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Pode Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está prorrogado por mais 20 minutos o tempo de Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL - Então, meu pai dizia, devagar com o andor que o santo é de barro...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não esquece Deputado do aparte que solicitei de Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL - Nós daremos democraticamente.

Eu dizia Sr. Presidente, dentro de meu raciocínio, como pode, Sr. Presidente, como pode imprensa do Paraná, como pode jovem que veio de bicicleta ser traído? Volte decepcionado para sua casa, porque a traição já está armada, se não saírem as diretas eles terão candidatos nas indiretas e serão fragorosamente derrotados pelo futuro Presidente da República o Sr. Paulo Maluf.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é uma anomalia, é uma anomalia Deputado Adhail Sprenger Passos a fazer uma homenagem a este jovem que veio a pensar nas diretas, eu queria lançar um desafio aos Deputados que são pelas diretas que se por acaso as diretas não foram viáveis que não traíam o seu povo.

Deputado Caíto Quintana.

O sr. Caíto Quintana - Deputado Gabriel Manoel, eu agradeço o aparte pela estima que devoto a este Parlamentar de tantos anos de tanta experiência e de alma tão pura e tão grande, mas me permito nobre Deputado dizer que o PMDB, bem como os demais Partidos de oposição estarão no dia 27 no Congresso Nacional, votando pelas diretas.

Gostaríamos que o partido de Vossa Excelência fizesse coro aos votos de Parlamentares de Oposição...

O SR. GABRIEL MANOEL - E se não der as diretas, onde é que vocês vão?

O Sr. Caíto Quintana - Deputado nós estamos pelas diretas.

Se não der as diretas, Deputado, é porque o seu Partido negará...

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, deixe eu responder ao Deputado Caíto Quintana.

Vossa Excelência tem muita razão, está sobejo de razão, porque Camões já dizia: "Cessa tudo que a antiga musa canta", porque Vossa Excelência sabe que se não tem as diretas, Vossas Excelências irão pelas indiretas, e não se tapeia o povo Deputado Caíto Quintana, o povo não é brincadeira, Vossa Excelência põe cinqüenta mil almas numa praça pública dando uma esperança de eleição direta e depois?

O Sr. Caíto Quintana - Depois Vossas Excelências negam esta esperança ao povo.

O SR. GABRIEL MANOEL - E depois, Sr. Presidente, vão entregar de mão beijada as eleições indiretas, tapeando este moço que veio lá dos rincões, das plagas paranaenses, iludindo, tapeando. Tenha dó, Jesus, perdoai os ignorantes, porque nós estamos tapeando o povo, Deputado Caíto Quintana. Não é possível tapear o povo. É um provérbio certo: "Tapeia-se uma parcela do povo por um tempo, mas não se tapeia todo o povo por todo o tempo". Agora, eu acho que Vossas Excelências estão certos a querer eleição direta, mas lutem até o fim, não façam manobra contra o povo, não levem o povo à praça pública, para depois fazer a primeira traição ao povo. Não admito, Deputado Caíto Quintana, que Vossas Excelências sejam os traidores do povo. Já pensaram a decepção que o povo vai ter com vossas Excelências, com esse belo pronunciamento do Deputado Adhail Sprenger Passos, do homem que veio lá do "interland" paranaense, de bicicleta?

O Sr. Caíto Quintana - Permita-me complementar o aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Deputado Caíto Quintana, feliz dos homens que reconhecem os erros. Como podem Vossas Excelências lutar pelas diretas hoje e daqui a um mês estarem atrilhados ao Governador de Minas Gerais, homem digno e honrado, para votar nas eleições indiretas. Apesar de que, Paulo Maluf será o Presidente da República.

O Sr. Caíto Quintana - Sr. Deputado, o PMDB quer que o povo brasileiro eleja o Presidente por voto direto. Queria fazer uma pergunta a Vossa Excelência: já que o seu Partido é contra a eleição direta...

O SR. GABRIEL MANOEL - Permita-me cassar a vossa palavra. Nosso Partido não é contra eleição direta. Nosso partido é pela Constituição Brasileira e Vossa Excelência foi eleito pelos parâmetros...

O Sr. Caíto Quintana - E as prévias?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa solicita aos Srs. Deputados que observem o Regimento Interno que veda discurso

paralelo. Se o orador interrompe a palavra pelo aparte, está com a palavra Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Questão de ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL - Nosso Partido foi derrotado fragorosamente nas eleições. Mas é um partido de coerência. Mas, viemos com vinte e quatro Deputados combativos. Agora, como fica Vossa Excelência Deputado Caíto Quintana, amanhã ou depois a pedir votos para o Governador das Minas Gerais?

O Sr. Caíto Quintana - E as prévias?

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu fui Paulo Maluf desde o começo e sou Paulo Maluf agora. Não nego e para mim é uma honra. Agora Vossa Excelência traz uma massa compacta de trinta mil almas para as praças para depois traí-los.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, então, nós comungamos com o PMDB. Agora, o que não pode é fugir da escritura: acender uma vela para Deus e outra para o diabo". Ou ficamos com Deus ou ficamos com o diabo. Ou ficam com as diretas que é a aspiração do povo brasileiro. Mas não façam jogadas escusas, procurando jogar candidatos nas eleições diretas para não decepcionar esse mesmo povo que deu essa vitória brilhante a essa Bancada, a esse Governo, que é o Governo José Richa, que é um homem que está embuído da melhor boa vontade. Ele está lá no palanque hoje, falando nas diretas. Vossas Excelências estarão lá. Agora, só faço uma pergunta, e se as diretas forem inviáveis o que será desse povo que acreditou em vocês? O que será desse povo, Deputado Gilberto Carvalho?

O Sr. Gilberto Carvalho - Vai ficar desesperado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Esse povo acreditou em quem fez a promessa do "canto da sereia". Os homens falam bonito; os homens fazem fogo. Os homens fazem, Deputado Gilberto Carvalho, a juventude de bicicleta. Mas é a primeira traição ao povo. Se Deus me der vida, se Deus me der saúde, virei a esta tribuna dizer que caiu a máscara das diretas, que caiu a máscara dos defensores da legalidade. Deputado Gilberto Carvalho está com aparte.

O Sr. Gilberto Carvalho - Eu agradeço e quero cumprimentar Vossa Excelência que faz um pronunciamento na legítima defesa dos direitos constitucionais. Nossa Constituição prega a eleição indireta. E por essa Constituição, na vigência dela, nós disputamos as eleições em 1982. Foi eleito esse Colégio Eleitoral porque nós, em campanha, pregamos que esses deputados que seriam eleitos, seriam os representan-

tes do povo perante o Colégio Eleitoral. O PMDB, que hoje prega eleição indireta, que critica os militares, já lançaram, também, um candidato militar a Presidente da República. E agora vão lançar também, na eleição indireta, e eu tenho certeza e já disse dessa tribuna que no dia que for escolher os seis Deputados Estaduais que vão à Brasília para, no Colégio Eleitoral votar no Presidente não vão abrir mão em favor do PDS, vai ser do PMDB para votar. Por isso, é um direito certo e a prévia nós somos favoráveis. E cabe a cada um de nós que temos a responsabilidade de ir à Brasília consultar os nossos eleitores. Eu estou fazendo em minha região e no dia 06 concluo em todos os municípios, cada um sabe o que vai fazer. As prévias nós sabemos, que não existe na Constituição, não existe regulamentação pelo Tribunal Eleitoral, isso é espontâneo de cada um, de que se faça como bem entender. Por isso, eu cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz.

O SR. GABRIEL MANOEL - Deputado Gilberto Carvalho, como dizia e diz, o meu amigo, Professor Deputado Anibal Khury. Os homens estão como caminhão quando caem da mudança, como o cachorro quando cai da mudança, estão perdidos no tempo e no espaço. Então eles não sabem se querem diretas, ou se indiretas. Se eles dão diretas Deputado Gilberto Carvalho, talvez o Brizola ganhe. Mas eles não querem, eles querem é claudicar. Eles querem é confundir a opinião do povo, a opinião dos paranaenses, dos brasileiros, que votaram e confiaram, porque o homem deve ter uma opinião só, o homem deve ter, Deputado Gilberto Carvalho, um ponto de vista. Ou é de Deus ou é do diabo. Ou é Maluf, ou é direta e Tancredo como eles são. A direta é uma aspiração nossa. A direta, mas não está inserido no contexto, e sabe muito bem a Bancada ilustre do PMDB que é inviável por causa da falta de tempo. Agora, eles querem tapear o coitado do rapaz que vêm, que vêm Deputado Ezequias Losso, lá não sei de onde de bicicleta. É a primeira traição ao povo.

Com aparte, o Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso - Nobre Deputado eu estou acompanhando com atenção o raciocínio de Vossa Excelência e lembro que essa Assembléia Legislativa já participou de uma eleição indireta, quando Sua Excelência o ilustre Prefeito Municipal de Curitiba foi eleito por eleição indireta. E não se diga que ele não está fazendo uma boa administração só porque foi eleito por eleição indireta, e não se diga que ele não está fazendo uma boa administração só porque foi eleito por eleição indireta, com os votos de todos os Deputados do PMDB.

Então, pelo que se vê, nobre Deputado,

o que está em jogo, é o poder, e o PMDB quer alcançar o poder de qualquer maneira, apenas isso. Agora, quanto ao método não se diga que é ilegítimo.

O SR. GABRIEL MANOEL - Deputado Ezequias Losso, apenas para responder, e já dou o aparte a Vossa Excelência.

Eles querem continuar com os dólares, eles querem continuar com o "chuncho" Eles querem, é continuar com essa barbaridade que está acontecendo no Paraná.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu vou conceder primeiro o aparte ao Sr. Deputado Erondy, depois ao Deputado Luiz Alberto Oliveira e depois que terminar...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu gostaria de saber por que Vossa Excelência não me concede o aparte, nobre deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL - Oportunamente, com toda satisfação, nobre Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Depois que terminar o seu horário, não é?

O Sr. Erondy Silvério - Eu agradeço a Vossa Excelência pela honra com que me concede o aparte, e eu quero dizer que Vossa Excelência está colocando a situação muito bem posta. E antes de mais nada, eu sou, aliás, sempre fui, pelas eleições diretas, ainda mais agora que nós vemos os Ministros da área econômica do atual Governo abusando do poder, e sacrificando cada vez mais o povo brasileiro. Veja, Vossa Excelência esse aumento absurdo de combustíveis, que nós tivemos. Esperaram a vitória da seleção brasileira, para na calada da noite, mais uma vez, cometer uma traição, contra o povo, aumentando abusivamente o preço dos derivados do petróleo. Isso, Vossa Excelência sabe que acarreta um aumento imediato no custo de vida.

Não adianta o Governo manipular dados, e anunciar à Nação que os índices inflacionários estão baixando; isso é mentira porque nada baixou até hoje, e então nós achamos que só uma eleição direta, pode modificar essa situação.

Esse é o nosso pensamento, entretanto, Vossa Excelência está colocando a situação muito bem, embora, eu não comungue com o pensamento de Vossa Excelência, e não seja pelas eleições indiretas, Vossas Excelências está desmacarando a hipocrisia do PMDB em todo o País.

Esta gente está é se promovendo à custa do povo; enganando e mentindo ao povo, mas, fazem reuniões diárias, locomovem-se os Governadores a São Paulo para lançarem um candidato ao Colégio Eleitoral. Então não há sinceridade no PMDB, e cada comício desse custa muito aos cofres públicos, além de custar também aos empresários, porque são simplesmente intimados.

Por exemplo, os empresários de

transporte coletivo, são intimados a ceder um número X de ônibus gratuitamente para conduzir...

Senhor Presidente, eu pediria, pois parece que estou ouvindo um rumor desse lado aí; eu pediria a esse inoportuno, que não perturbasse o aparte que eu estou dando, que não fugisse ao assunto.

Este cidadão está me perturbando. Eu não sei se é Deputado, porque Deputado tem que conhecer o Regimento Interno. Então, acho que não é Deputado, tem que ser algum estranho que está no plenário.

Deve ser algum estranho, porque Deputado conhece o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está com a palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério, em aparte concedido pelo orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Erondy Silvério - Então, veja Vossa Excelência, que eles estão simplesmente requisitando, como se vivêssemos num período revolucionário. Requisita tantos veículos para transportar o povo gratuitamente para bater palmas aos "Montoros", aos "Lulas", aos "Brizolas da vida".

Então essa gente é hipócrita; e trazem artistas, e gastam dinheiro, e sabendo que não têm a mínima chance de aprovar a Emenda das Eleições Diretas. Estão enganando o povo. Vossa Excelência está realmente colocando muito bem colocada a questão, e é por isso que eu quero cumprimentar Vossa Excelência. Eu quero me solidarizar com Vossa Excelência pela forma com que põe a nu a hipocrisia, a mentira, a deslealdade do PMDB para com o povo.

Eu acredito muito mais, nesta altura da vida, no PT que está se recusando determinadamente a comparecer ao Colégio Eleitoral. Quer dizer, fiel ao que tem pregado em praça pública, mas esta gente do PMDB é hipócrita, enganam e mentem para o povo. E essa que é a grande realidade, que Vossa Excelência está colocando a nu nesta tarde de hoje, neste plenário.

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu agradeço pelo esclarecimento e concedo um aparte ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Eu agradeço a Vossa excelência tem concedido o aparte, e realmente para concordar com as colocações que Vossa Excelência faz, eminente Deputado Gabriel Manoel, Vossa Excelência analisa com propriedade, a incongruência peemedebista, com relação à tese das eleições diretas.

Ao mesmo tempo, em que faz comício pelas eleições diretas, lança um candidato; lançado o Governador do Estado de Minas Gerais, Tancredo Neves, na Cidade de São

Paulo, numa reunião com todos os Governadores peemedebistas presentes.

Ora, o que diz a sub Emenda apresentada pelo PMDB à Emenda do Presidente Figueiredo que a eleição direta será realizada no dia 15.11.84, mas lança o Governador Tancredo Neves e este pela regra estabelecida para eleição direta já está incompatibilizado. Isto é, para que ele pudesse ser candidato do PMDB - e ele é candidato do PMDB, em eleição direta, só se o Governador Tancredo Neves tivesse renunciado o seu mandato até o dia 15.05.84.

Entretanto, o PMDB lançou o Governador Tancredo Neves. Equivale dizer, lançou para o Colégio Eleitoral, para aquele Colégio Eleitoral que o PMDB trouxe o povo às ruas e disse que era ilegítimo, que era imoral e que era expúrio. Quando o PMDB estava mentindo a Nação Brasileira? Ontem, hoje, quando fará mais um "showmício" em Curitiba, preparando a eleição direta, tendo um candidato pela eleição indireta.

Por isso nós verificamos...

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos).

A Mesa comunica o orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado. Concede mais um minuto para concluir.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - O PMDB, eminente Deputado Gabriel Manoel, só tem um compatibilidade, só tem um coerência: a coerência e a compatibilidade com a inverdade e com a mentira.

O SR. GABRIEL MANOEL - Obrigado. Eu queria agradecer a todos e queria convidar o povo do PMDB, para a posse do futuro Presidente da República, Paulo Maluf.

Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

A Mesa comunica que, com base na Resolução 2/71 de 6-5-71 abre prazo por três dias consecutivos a contar do dia 26 do corrente mês para oferecimento de emendas à proposição 119/84 - Proposta de Emenda à Constituição do Estado.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei complementar de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n.º 86/84 e 141/84, constantes da Ordem do Dia de hoje, em 2.ª e 1.ª votação, respectivamente. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 141/84 e para o Projeto de Resolução n.º 108/84, constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação e discussão de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, acima aprovados:

#### EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 86/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 89/84), que objetiva criar no Departamento de Polícia Civil, da Secretaria da Segurança Pública, 178 (cento e setenta e oito) cargos de provimento em comissão, símbolo 9-C, de assistente de Segurança Pública. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 141/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 123/84), que objetiva majorar em 70% (setenta por cento), os vencimentos do Funcionalismo Público Cível e Militar do Estado, a partir de 1.º de julho de 1984, com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.R.H., com EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### PROJETO DE LEI N.º 141/84

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art.1.º Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivos, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Po-

lícia Militar, ficam fixados, a partir de 1.º de julho de 1984, de acordo com os valores constantes das tabelas anexas.

Art.2.º O valor unitário do salário família, atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$. 3.408,00 (três mil, quatrocentos e oito cruzeiros).

Art.3.º O valor mensal das pensões especiais, previsto no art.3.º, da Lei n.º 7.825, de 29 de dezembro de 1983, fica fixado em Cr\$. 44.961,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um cruzeiros).

Art.4.º A gratificação de produtividade de que trata o art.4.º, da Lei n.º 7.825/83, fica majorada em 70% (setenta por cento), desprezadas as frações de cruzeiro.

Art.5.º Os valores atingidos pelo art.5.º, da Lei n.º 7.825/83, ficam majorados em 70% (setenta por cento), desprezadas as frações de cruzeiro.

Art.6.º As disposições desta Lei, aplicam-se, no que couber ao pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido inativo ou colocado em disponibilidade.

Art.7.º Os vencimentos dos cargos não abrangidos especificamente pelas tabelas anexas a presente Lei, ficam majorados em 70% (setenta por cento) sobre os vencimentos vigentes em janeiro de 1984.

Art.8.º O parágrafo único, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. Aos funcionários de que trata este artigo é vedada a percepção das vantagens a que se referem os incisos II, III e X, do art.172, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970".

Art.9.º Para assegurar a manutenção do Plano de Cargos instituídos pela lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, fica o Poder Executivo autorizado a transformar, dentro da Parte Permanente do Quadro Geral, os cargos vagos constantes no referido Quadro, desde que não resulte em aumento de despesa.

Art.10.º Ficam incluídos dentre as categorias funcionais mencionadas no art.1.º, da Lei n.º 7.507, de 15 de outubro de 1981, os Professores em efetiva regência de classe no Ensino Supletivo de 1.º Grau, FASE I.

Art.11.º Ao professor aposentado com o benefício da incorporação proventos, da média de aulas suplementares, fica assegurado o mesmo percentual existente na época da aposentadoria entre o vencimento base dos proventos e a referida média, aplicando-se o referido percentual sobre o vencimento correspondente ao cargo efetivo do Professor, para fins de pagamento da já mencionada média de aulas suplementares.

Art.12.º O art.7.º, da Lei n.º 7.787, de 21 de dezembro de 1983 fica acrescido de

um parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O disposto no presente artigo não se aplica aos servidores que, ao se inativarem, tiveram o cálculo do prêmio de produtividade elaborado na forma do art.7.º, da Lei n. 7.540, de 08 de dezembro de 1981".

Art.13. O vencimento mensal dos cargos em comissão de Secretário de Estado, chefes das Casas Cíveis e Militar e Procurador Geral do Estado ficam fixados em Cr\$...... 1.482.655,00 (hum milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco cruzeiros).

Parágrafo Único. Os cargos em comissão de subchefes da Casa Civil, Diretores Gerais de Secretarias de Estado, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os de Secretário dos Tribunais de Justiça e Alçada, passam a pertencer à Simbologia DAS-1.

Art.14. Ficam criados na procuradoria Geral do Estado, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) de Assessor, símbolo DAS-5; 01 (um) de Assessor Símbolo 1-C; e 01 (um) de Assistente, símbolo 15-C.

Art.15. O funcionário que, por necessidade do serviço, houver deixado de gozar férias em períodos anteriores ao exercício de 1984, terá férias em períodos anteriores ao exercício de 1984, terá assegurado o direito de contá-las em dobro, na forma prevista no "caput" do Art.150 da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, desde que faça protocolar requerimento junto à repartição em que estiver lotado, dentro do prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da data da vigência desta lei.

Art.16. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o limite de Cr\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de cruzeiros) para atender as despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive as decorrentes da aplicação desta lei, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1.º do art.43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.17. Fica acrescido ao § 2.º art.8.º da Lei n. 7.772 de 13 de dezembro de 1983, o itemºV, com a seguinte redação:

"V. anulação parcial ou total de dotações em um mesmo órgão, desde que não alterem o montante das categorias econômicas."

Art.18. Fica incluído no anexo I, do Grupo S-Semi Profissional, da Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, o código S-20 Categoria Funcional de Fiscal de Transporte Coletivo, padrão D, referências iniciando em 01 e finalizando em 11, cujo

número de cargos será definido através da aplicação do disposto no art.9.º, desta lei.

Art.19. Fica revogado o art.2.º da Lei n. 7.637, de 1.º de outubro de 1982 e, em consequência, restabelecidos os índices constantes do item III, da Tabela a que se refere o art.2.º, da Lei n. 6.839, de 22 de novembro de 1976.

Art.20. Esta lei entrará em vigor em 1.º de julho de 1984, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

TABELA I

POLÍCIA MILITAR

	VALOR
Soldo do Posto de Coronel.....	601.800,00

TABELA II

COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - CRE

a) Agente Fical 1,	
Classe "C", Ref. IV .....	357.589,00
b) Diretor da CRE	
(EM COMISSÃO) .....	484.644,00

TABELA III

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

a) PROCURADORES:

Classe	
1.ª.....	865.575,00
2.ª.....	780.441,00
3.ª.....	703.830,00

b) ADVOGADOS:

Classe	
1.ª.....	566.033,00
2.ª.....	510.802,00

TABELA IV

ENGENHEIROS

Classe	
1.ª.....	865.575,00
2.ª.....	780.441,00
3.ª.....	703.830,00
4.ª.....	634.900,00
5.ª.....	565.948,00

TABELAS V e VI (D.A. n.º 56)

TABELA VII

MAGISTÉRIO SUPERIOR

CARGO	VALOR
Instrutor do ensino Superior....	522.127,00
Assistente do Ensino Superior...	543.012,00
Professor do Ensino Superior....	564.733,00
Professor Titular.....	564.733,00

TABELA VIII

PROFESSOR DO QUADRO ÚNICO

CARGO:PROFESSOR

LP - Licenciatura Plena -	
22 horas.....	230.054,00
LP - Licenciatura Plena -	
15 horas.....	161.477,00

LP - Licenciatura Plena -	
10 horas.....	136.787,00
LP - Licenciatura Curta -	
22 horas.....	197.652,00
LP - Licenciatura Curta -	
15 horas.....	139.386,00
LP - Licenciatura Curta -	
10 horas.....	135.087,00
NL - Não Licenciado -	
22 horas.....	165.248,00
NL - Não Licenciado -	
15 horas.....	138.040,00
NL - Não Licenciado -	
10 horas.....	131.687,00

TABELA IX

CARGOS EM COMISSÃO DOS PODERES EXECUTIVOS,  
LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO  
E DO TRIBUNAL DE CONTAS

## a) CARGOS EM COMISSÃO:

SÍMBOLO	VALOR
1-C.....	393.563,00
2-C.....	363.470,00
3-C.....	335.523,00
4-C.....	309.920,00
5-C.....	286.329,00
6-C.....	264.521,00
7-C.....	244.791,00
8-C.....	226.336,00
9-C.....	209.548,00
10-C.....	193.771,00
11-C.....	179.786,00
12-C.....	166.372,00
13-C.....	154.205,00
14-C.....	143.117,00
15-C.....	135.677,00

## b) DAS

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1.....	902.611,00
DAS-2.....	826.851,00
DAS-3.....	762.123,00
DAS-4.....	674.131,00
DAS-5.....	524.555,00

TABELA X

FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES  
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO  
E DO TRIBUNAL DE CONTAS

a) SÍMBOLO:	VALOR
1-F.....	50.393,00
2-F.....	42.783,00
3-F.....	37.726,00
4-F.....	30.282,00
5-F.....	27.674,00
6-F.....	22.591,00
7-F.....	17.542,00
8-F.....	15.143,00
9-F.....	12.364,00
10-F.....	10.036,00

TABELA XI

PESSOAL EFETIVO DOS TRIBUNAIS  
DE CONTAS, JUSTIÇA E ALÇADA

NÍVEL	VALOR
01.....	677.348,00
02.....	620.583,00
03.....	568.447,00
04.....	511.395,00
05.....	469.823,00
06.....	431.939,00
07.....	397.463,00
08.....	352.835,00
09.....	323.316,00
10.....	296.260,00
11.....	271.471,00
12.....	254.287,00
13.....	229.173,00
14.....	208.877,00
15.....	191.396,00
16.....	175.377,00
17.....	160.714,00
18.....	147.267,00

TABELA XII

PESSOAL EFETIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	VALOR
CARGO	
Consultor Legislativo CL-J-	
Classe A, Referência I.....	677.348,00

ANEXO II

TABELA I  
MAGISTRATURA

CARGO	VALOR
Desembargador.....	1.482.655,00
Juiz do Tribunal de Alçada....	1.408.521,00
Juiz de Entrância Final e	
Auditor da Justiça Militar....	1.319.441,00
Juiz de Entrância	
Intermediária.....	1.189.019,00
Juiz de Entrância Inicial....	1.071.537,00
Juiz Substituto.....	965.778,00

TABELA II

TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VALOR
Conselheiro.....	1.482.655,00
Auditor.....	1.408.521,00
Procurador Junto ao	
Tribunal de Contas.....	1.408.521,00

EM COMISSÃO

Procurador Junto ao	
Tribunal de Contas.....	1.482.655,00

TABELA III

MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VALOR
Procurador Geral da	
Justiça (em comissão).....	1.482.655,00
Procurador da Justiça.....	1.408.521,00
Promotor de Entrância Final....	1.319.441,00
Promotor de Entrância	
Intermediária.....	1.189.019,00



Promotor de Entrância

Inicial.....1.071.537,00

Promotor Substituto.....965.778,00

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 141/84

## PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental n. 123/84, o Projeto de Lei em exame objetiva a majoração em 70% (setenta por cento) a partir de 1.º de julho de 1984, os vencimentos dos cargos efetivos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A Mensagem obedece o disposto no Art.47 da Constituição Estadual, figurando entre o elenco o disposto no Art.47 da Constituição Estadual, figurando entre o elenco daquelas cujo início do processo legislativo é de competência exclusiva do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Estado, não havendo, quanto a este aspecto, qualquer vício de natureza legal ou constitucional que se lhe possa imputar.

Acreditamos, no entanto, que, para que sejam respeitados os princípios de equidade e justiça, que devem imperar no tratamento que dá o governo aos seus servidores, se torna tecnicamente aconselhável e constitucionalmente imperativa a equiparação dos vencimento do cargo de Procurador da Assembléia ao de Procurador do Tribunal de Contas, em face ao disposto no Art.64 da Carta magna Estadual, que reza:

"Art.64- Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas".

Ora, se é vedado ao Legislativo retribuir cargo assemelhado com vencimento superior, a lógica e o próprio espírito da lei impõem um tratamento recíproco, impedindo que se retribua a menor.

E o princípio da paridade, consubstanciado na Carta Estadual, fixa o teto, deve também garantir o piso remuneratório.

Nestas condições, em obediência ao disposto no inciso XIV, do Art.22 da Constituição, que confere ao Poder Legislativo, com exclusividade a fixação dos vencimentos dos cargos pertencentes ao seus serviços e considerando, ainda, que se o Tribunal de Contas do Estado situa-se no âmbito do Legislativo, não se teria que justificar o tratamento desigual dado à mesma categoria funcional, dentro de um Poder, opinamos no sentido da aprovação do presente Projeto, na forma do substitutivo que encaminhamos em anexo e que, além de propor a equiparação acima tratada entre

os Procuradores da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas, lhes veda, para compensar a equiparação, a prestação de serviços em regime de tempo integral.

A aprovação de Projeto na forma de um substitutivo se justifica, ainda, pelo fato de que, no texto do anteprojeto encaminhado a esta Assembléia pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, mais especificamente em seu art. 16, a importância de duzentos bilhões de cruzeiros, referente ao limite dos créditos especiais a serem autorizados está grafada erroneamente, constando Cr\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de cruzeiros) e não, Cr\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa bilhões de cruzeiros) como consta no extenso. Somos, portanto, pela aprovação, na forma do substitutivo anexo, que incorpora as modificações propostas.

Sala das Comissões, em 19/06/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda Substitutiva ao

PROJETO DE LEI N. 141/84

1 - O texto do Projeto de Lei n. 141/84, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar ficam fixados, a partir de 1.º de julho de 1984, de acordo com os valores constantes das tabelas anexas.

Art. 2.º - O valor unitário do salário família, atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$ 3.408,00 (três mil, quatrocentos e oito cruzeiros).

Art. 3.º - O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 3.º, da Lei n. 7.825, de 29 de dezembro de 1983, fica fixado em Cr\$ 44.961,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um cruzeiros).

Art. 4.º - A gratificação de produtividade de que trata o art. 4.º, da Lei 7.825/83, fica majorada em 70% (setenta por cento), desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 5.º - Os valores atingidos pelo art. 5.º, da Lei n. 7.825/83, ficam majorados em 70% (setenta por cento) desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 6.º - As disposições desta Lei, aplicam-se no que couber ao pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido inativado ou colocado em disponibilidade.

Art. 7.º - Os vencimentos dos cargos

não abrangidos especificamente pelas tabelas anexas a presente Lei, ficam majorados em 70% (setenta por cento) sobre os vencimentos vigentes em janeiro de 1984.

Art. 8.º - O parágrafo único, do artigo 5.º, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único - Aos funcionários de que trata este artigo é vedada a percepção das vantagens a que se referem os incisos II, III e X, do art. 172, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 9.º - Para assegurar a manutenção do Plano de Cargos instituído pela Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, fica o Poder Executivo autorizado a transformar, dentro da Parte Permanente do Quadro Geral, os cargos vagos constantes no referido Quadro, desde que não resulte em aumento de despesa.

Art. 10 - Ficam incluídos dentre as categoriais funcionais no art. 1.º, da Lei n.º 7.507, de 15 de outubro de 1981, os Professores em efetiva regência de classe no Ensino Supletivo de Primeiro Grau, FASE I.

Art. 11 - Ao professor aposentado com o benefício da incorporação aos proventos, da média de aulas suplementares, fica assegurado o mesmo percentual existente na época da aposentadoria entre o vencimento base dos proventos e a referida média, aplicando-se o referido percentual sobre o vencimento correspondente ao cargo efetivo do Professor, para fins de pagamento da já mencionada média de aulas suplementares.

Art. 12 - O art. 7.º, da Lei n.º 7.787, de 21 de dezembro de 1983 fica acrescido de um parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único - O disposto no presente artigo não se aplica aos servidores que, ao se inativarem, tiverem o cálculo do prêmio de produtividade elaborado na forma do art. 7.º, da Lei n.º 7.540, de 08 de dezembro de 1981".

Art. 13 - O vencimento mensal dos cargos em comissão de Secretário de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar e Procurador Geral do Estado ficam fixados em Cr\$ 1.482.655,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco cruzeiros).

Parágrafo único - Os cargos em comissão de Subchefia da Casa Civil, Diretores Gerais de Secretarias de Estado, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os de Secretário dos Tribunais de Justiça e Alçada, passam a pertencer à Simbologia DAS-1.

Art. 14 - O vencimento mensal do cargo de Procurador do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, fica fixado em Cr\$ 1.408.521,00 (um milhão, quatrocentos e oito mil, quinhentos e vinte e um cru-

zeiros).

Parágrafo único - Fica vedada, aos ocupantes dos cargos a que se refere este artigo a percepção da vantagem a que se refere o inciso III do Art. 72, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 15 - Ficam criados na Procuradoria Geral do Estado, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) de Assessor, símbolo DAS-5; 01 (um) de Assessor símbolo 1-C; e 01 (um) de Assistente, símbolo 15-C.

Art. 16 - O funcionário que, por necessidade do serviço, houver deixado de gozar férias em períodos anteriores ao exercício de 1984, terá assegurado o direito de contá-las em dobro, na forma prevista no "caput" do Art. 150 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, desde que faça protocolar requerimento junto à repartição em que estiver lotado, dentro do prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da data da vigência desta lei.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a créditos especiais até o limite de Cr\$ 290.000.000.000,00 (duzentos e noventa bilhões de cruzeiros) para atender as despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive as decorrentes da aplicação desta Lei, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1.º do art. 43 da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 18 - Fica acrescido ao § 2.º do Art. 2.º da Lei n.º 7.772, de 13 de dezembro de 1983, o item V, com a seguinte redação:

"V - anulação parcial ou total de dotações em um mesmo órgão, desde que não alterem o montante das categorias econômicas."

Art. 19 - Fica incluído no anexo I, do Grupo S - Semi Profissional, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, o código S-20 Categoria Funcional de Fiscal de Transporte Coletivo, padrão D, referências iniciando em 01 e finalizando em 11, cujo número de cargos será definido através da aplicação do disposto no artigo 9.º desta lei.

Art. 20 - Fica revogado o artigo 2.º da Lei n.º 7.637, de 01 de outubro de 1982 e, em consequência, restabelecidos os índices constantes do item III, da Tabela a que se refere o art. 2.º, da Lei n.º 6.839, de 22 de novembro de 1976.

Art. 21 - Esta Lei entrará em vigor em 01 de julho de 1984, ficando revogadas as disposições em contrário.

2 - Mantidos os demais anexos, inclua-se na Tabela XII - Pessoal Efetivo da Assembleia Legislativa:

Procurador ..... 1.408.521,00  
Sala das Comissões, em 19/06/84.

(aa) CAÍTO QUINTANA  
EDMAR LUIZ COSTA  
GILBERTO CARVALHO  
HOMERO OGUIDO  
HERMAS BRANDÃO  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO

## EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 141/84

Inclua-se:

I - na TABELA XII - PESSOAL EFETIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

"Procurador .....Cr\$ 1.408.521,00

II - onde couber:

"Art. .... - Aos ocupantes do cargo de Procurador do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa é vedada a percepção da vantagem a que se refere o inciso III, do art. 172, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970". (Gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral).

Sala das Comissões, em 19/06/84.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

ERONDY SILVÉRIO  
TUGUIO SETOGUTTE  
ANTÔNIO BELINATI  
GILBERTO CARVALHO  
GILBERTO CARVALHO  
TADEU LÚCIO MACHADO  
EZEQUIAS LOSSO  
ANIBAL KHURY  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO  
HERMAS BRANDÃO  
EDMAR LUIZ COSTA

## JUSTIFICATIVA:

O vencimento do cargo de Procurador da Assembléia, na forma da Tabela XII, do Projeto de Lei em pauta, é de Cr\$ ..... Cr\$ 717.988,00. Acrescido de 100% referente à gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral atinge a importância de Cr\$ 1.435.976,00.

A proposta de fixação em Cr\$ ..... ..Cr\$ 1.408.521,00 é ligeiramente inferior ao que o Procurador perceberá, segundo o Projeto.

No entanto, a equiparação com o cargo de Procurador junto ao Tribunal de Contas é tecnicamente aconselhável e constitucionalmente imperativa, em face do disposto no artigo 64 da Constituição do Estado, "in verbis":

"Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, para cargos de atribuições iguais ou assemelhados".

Ora, se é vedado ao Legislativo retribuir cargo assemelhado com vencimento superior, não há nenhuma razão plausível para pagar menos.

Se o princípio da paridade, consubstanciado na Carta Estadual, fixa o teto deve também garantir o piso remuneratório.

Esclareça-se que a emenda propõe dispositivo legal que veda a percepção de gratificação em regime de tempo integral e dedicação exclusiva pra compensar a equiparação.

Finalmente, diga-se que a presente Emenda tem a seu favor o permissivo constitucional contido no inciso XIV, da Carta do Estado. Isto é, o poder de iniciativa sobre matéria de sua competência reservada - a fixação de vencimento para cargo de seus serviços administrativos. Não é por integrar a mensagem governamental que a Assembléia perde o controle sobre assunto de exclusiva atribuição.

Ressalte-se ainda, que o Tribunal de Contas situa-se no âmbito do Poder Legislativo.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 141/84

A Mensagem n. 123/84, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa Projeto de Lei, autuado sob o número 141/84, que propõe a majoração em 70% (setenta por cento), a partir de 01 de julho do corrente ano, dos vencimentos dos cargos efetivos dos três Poderes, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e do soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A matéria foi, nos termos regimentais, objeto de apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça, onde mereceu parecer favorável, com emenda que objetiva a regularização da situação de funcionários do Poder Legislativo.

No que respeita a esta Comissão de Finanças, verifica-se que o Plano de Lei contém em seu bojo autorização para que o Poder Executivo abra créditos especiais até o limite de Cr\$ 290.000.000.000,00 (duzentos e noventa bilhões de cruzeiros), importância que veio grafada de forma errada no projeto original e que mereceu, com toda razão a correção na Comissão de Constituição e Justiça.

Não havendo, portanto, qualquer impedimento legal e se tratando de iniciativa que vem ao encontro dos mais legítimos anseios do servidor público estadual, não vemos qualquer vício quanto à oportunidade da matéria em seu exame por esta Comissão.

Nosso parecer, conseqüentemente, é favorável.

Sala das Comissões, em 19/06/84.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente  
ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator

## COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n. 141/84

Encaminhado a este Poder pela Mensagem Governamental, o anteprojeto de lei, autu-

ado nesta Casa como Projeto de Lei n.º 141/84, tem como objetivo a majoração dos vencimentos dos cargos efetivos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e do soldo dos integrantes da Polícia Militar.

Ouvidas as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças desta Casa, mereceu, em ambas, parecer favorável, na forma do substitutivo apresentado na primeira, que além de corrigir pequena distorção, retira os valores dos créditos especiais solicitados para fazer face às despesas correspondentes, por terem sido incorretamente grafados na proposta original.

Por comungarmos com as posições expostas pelos relatores das outras Comissões que já opinaram sobre a matéria, nosso parecer é favorável, na forma do substitutivo apresentado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, porém com restrições sobre o percentual concedido, o qual, em nosso entender, não acompanha o aumento real do custo de vida, implicando, sua adoção, em perda do poder aquisitivo nos vencimentos do servidor público.

Sala das Comissões, em 19/06/84.

(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente e Relator  
- **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 108/84, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre a movimentação de Referências, Progressão e Ascensão Funcionais, previstos nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 7784, de 14.12.83, na forma que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 108/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º - A elevação do funcionário à referência ou à classe imediatamente superior àquela a que pertencer, dentro da mesma série de classes, bem como ingresso na classe inicial de outra série de classes, previstos nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 7784, de 14 de dezembro de 1983, serão processados nos termos da presente Resolução.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, a elevação do funcionário à referência imediatamente superior denomina-se Movimentação de Referência; a elevação do funcionário à referência inicial da classe imediatamente superior denomina-se Progressão Funcional; e o ingresso na classe inicial de outra série de classe denomina-se Ascensão Funcional.

Art. 2.º - O tempo de serviço, o desem-

penho funcional e a qualificação profissional serão avaliados na forma a seguir especificada.

I - O tempo de serviço compreende:

a) o prestado exclusiva e efetivamente à esta Assembléia Legislativa, com base na posse e exercício do cargo, respeitadas as dispensas ao expediente e os afastamentos legais que não impeçam contagem de tempo: número de dias multiplicado por 0,5 (zero vírgula cinco).

b) o contado para todos os efeitos legais, excedente ao especificamente prestado a esta Assembléia Legislativa: número de dias multiplicados por 0,25 (zero vírgula vinte e cinco);

c) o contado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade: número de dias multiplicado por 0,2 (zero vírgula dois).

II - O desempenho funcional compreende:

a) o exercício de cargo de Direção: número de dias multiplicado por 1,6 (um vírgula seis);

b) o exercício de cargo de Chefia de Gabinete: número de dias multiplicado por 1,2 (um vírgula dois);

c) o exercício de cargo de Coordenador, o de Chefia de Serviço Autônomo e o de cargo em entidade representativa dos funcionários desta Assembléia e outras que importem em dispensa legal ao expediente: número de dias multiplicado por 1 (um);

d) o exercício de cargo de Assessor designado por ato da Comissão Executiva: número de dias multiplicado por 0,9 (zero vírgula nove);

e) o exercício de cargo de simbologia 1-C a 6-C, excluídos os de Chefia de Gabinetes, com contagem especificamente estabelecida: número de dias multiplicado por 0,8 (zero vírgula oito);

f) o exercício de cargo de Chefe de Divisão: número de dias multiplicado por 0,7 (zero vírgula sete);

g) o exercício de cargo de Chefe de Setor: número de dias multiplicado por 0,6 (zero vírgula seis);

h) o exercício do cargo de Chefe de Seção, de Oficial de Gabinete, de Auxiliar de Gabinete e de Assistente do Departamento Legislativo: número de dias multiplicado por 0,5 (zero vírgula cinco);

i) o exercício de função gratificada: número de dias multiplicado por ,04 (zero vírgula quatro), ressalvada a função gratificada percebida em decorrência de cargo que enseja outra contagem de pontos.

III - A qualificação profissional compreende:

a) o diploma de curso superior correlato com aquele que serviu de pré-requisito para a investidura no respectivo cargo: 500 (quinhentos) pontos por diploma;

b) o diploma de curso médio profissio-

nalizante correlato com as funções exercidas pelo portador: 200 (duzentos) pontos por diploma;

c) a publicação de natureza técnico-científica, autorizada ou reconhecida por ato da Comissão Executiva: por publicação 500 (quinhentos) pontos;

d) o artigo em revista ou jornal de publicação regular, sobre assunto de interesse público, assinado pelo servidor: por artigo 100 (cem) pontos;

e) o curso de aperfeiçoamento autorizado ou reconhecidos por ato da Comissão Executiva: por curso 250 (duzentos e cinquenta) pontos.

Art. 3.º - A Movimentação de Referência depende do tempo de serviço, do desempenho funcional e de vaga na referência imediatamente superior.

§ 1.º - Em cada classe o número total de cargos será distribuído, por etapas, entre as referências, segundo os percentuais seguintes:

- I - 25% na referência I;
- II - 25% na referência II;
- III - 25% na referência III;
- IV - 25% na referência IV.

§ 2.º - Ocorrendo resultado fracionário na aplicação do parágrafo anterior, far-se-á o arredondamento para o número inteiro seguinte.

§ 3.º - Na Movimentação de Referência o funcionário terá direito ao preenchimento de vaga existente na respectiva referência segundo a ordem de classificação pela quantidade de pontos, contados na forma do artigo 2.º desta Resolução.

§ 4.º - Os pontos aproveitados para elevações serão deduzidos do acervo do funcionário.

§ 5.º - Os pontos aproveitados para uma Movimentação de Referência são os correspondentes à diferença entre os do candidato classificado e provido em primeiro lugar e o do segundo lugar: entre o classificado em segundo lugar e o do terceiro lugar e assim sucessivamente.

§ 6.º - A Diretoria de Pessoal, nos meses de abril e outubro de cada ano fará o levantamento das vagas existentes nas referências das diversas classes e do número de pontos de cada funcionário, publicando-o em edital e no Diário da Assembléia.

§ 7.º - Caberá reclamação por escrito dirigida ao Diretor de Pessoal, no prazo de dez dias da publicação, a que se refere o parágrafo anterior, no Diário da Assembléia pelo funcionário eventualmente prejudicado.

Art. 4.º - A Progressão Funcional depende de interstício de dois anos na respectiva classe e de vaga na referência inicial da classe imediatamente superior.

Parágrafo único - Concorrerá à Progressão Funcional prevista neste artigo o

funcionário situado na referência IV da classe inferior, segundo o processo estabelecido no artigo 2.º desta Resolução.

Art. 5.º - A Ascensão Funcional depende da comprovação da formação profissional exigida para o exercício do cargo e de teste seletivo interno, constante de provas e títulos, na forma de regulamento.

Art. 6.º - A Comissão Executiva constituirá uma Comissão de Movimentação Funcional integrada pelo Diretor Geral, presidente nato, pelo Diretor da Diretoria de Pessoal e por um funcionário escolhido entre as Diretorias das entidades representativas dos funcionários da Assembléia.

Art. 7.º - Compete à Comissão de que trata o artigo anterior organizar e submeter à Comissão Executiva, em parecer fundamentado, a lista dos funcionários classificados para os respectivos provimentos.

Art. 8.º - Havendo empate, terá preferência sucessivamente o funcionário com mais tempo de serviço na Assembléia o de maior prole e o mais idoso.

Art. 9.º - Os funcionários inativos serão enquadrados na referência IV da classe em que foram aposentados.

Art. 10.º - Para viabilizar a aplicação do sistema de melhoria funcional disciplinado nesta Resolução, a Comissão Executiva determinará a realização de Progressão Funcional, com observância da avaliação prevista no artigo 2.º e dispensa dos interstícios estabelecidos no artigo 4.º, destinado ao preenchimento das vagas atualmente existentes no quadro de pessoal.

Art. 11.º - O Concurso de que trata o parágrafo único, do artigo 25, da Lei n.º 7784, de 14 de dezembro de 1983, será aberto pela Comissão Executiva e realizar-se-á na forma de regulamento.

Art. 12.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1984.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

#### JUSTIFICATIVA:

1. A Lei n.º 7.784, de 14.12.83, que reestruturou o quadro de pessoal da Casa, nos artigos 24 e 25, fez referências genéricas e imprecisas acerca de melhorias funcionais.

Coube, portanto, à Comissão Executiva instituir um sistema de movimentação e acesso nas carreiras, não obstante o lacunismo da Lei. De outro lado, o mínimo que a Lei demarcou - sem nenhum critério técnico - de certa forma limitou a construção de um regulamento intrinsecamente harmônico.

2. Assim, a conceituação das categorias de melhoria funcional seguiu o movimento inverso do habitual: pela definição

chegou-se ao objeto definido.

Onde a Lei refere à elevação de funcionário à referência imediatamente superior interpretou-se como MOVIMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA; onde menciona a elevação de funcionário à classe imediatamente superior, interpretou-se como PROGRESSÃO FUNCIONAL, e onde indica o ingresso na classe inicial de outra série de classes interpretou-se como ASCENÇÃO FUNCIONAL.

3. Cada categoria assim denominada recebeu disciplina específica ao longo do projeto. O Artigo 3.º e parágrafos trata da Movimentação de Referência; o artigo 4.º da Progressão Funcional e o artigo 5.º da Ascensão Funcional.

4. A Lei estabelece também que as melhorias funcionais espelhem a valorização do tempo de serviço, o desempenho funcional e a qualificação profissional. Esses três elementos estimativos da antiguidade e do merecimento, segundo a metodologia estatutária, foram objeto de escala valorativa contida no artigo 2.º e incisos I a III. Acrescente-se que a aludida pontuação foi proposta pelas entidades representativas do funcionalismo da Casa e acolhida pela Comissão Executiva.

5. As limitações de percentuais por referência, no interstício de seis meses e de vaga, são decorrentes do efeito modelar das ordenações vigentes no Poder Executivo para os servidores em geral e para o magistério em particular.

6. Contudo, o espírito da Lei mereceu integral acatamento, na medida em que se procurou normatizar um critério objetivo, a fim de evitar o arbítrio e a subjetividade na avaliação do mérito do funcionário no instante das promoções. Ênfase especial também se conferiu ao desempenho de funções diversas das inerentes ao cargo efetivo, sobretudo ao exercício de cargos de direção, que realmente exigem dedicação integral e responsabilidade definida do servidor. Além disso, a qualificação profissional é estimulada através da concessão de pontos a cursos de aperfeiçoamento e a publicações de trabalhos versando temas de interesse público.

7. Com estas explicações breves a Comissão Executiva confia haver se desincumbido a contento do encargo regulamentar que a Lei n.º 7784, de 14.12.83, lhe conferiu.

Se não forem introduzidas no projeto emendas que distorçam a sua concepção básica, certamente a Assembléia Legislativa contará no futuro com um sistema de avaliação tendente a assegurar ao servidor dotado de mérito funcional as melhorias a que fizer jus.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Resolução n.º 108/84

De autoria da Comissão Executiva o presente Projeto de Resolução tem por finalidade regulamentar os artigos 24 e 25 da Lei n.º 7.784, de 14.12.83, estabelecendo sobre a Movimentação de Referências, Progressão e Ascensão Funcionais deste Poder Legislativo.

A Justificativa que é apresentada bem expressa a finalidade da proposição não havendo qualquer reparo quando do seu mérito, bem como sobre sua legalidade e Constitucionalidade, a que é chamada a opinar essa Comissão de Constituição e Justiça.

Nestas condições o nosso Parecer é Favorável opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1984

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - (**Pela Ordem**) Eu requeiro verificação do quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - A Mesa atende e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.  
(**É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados**).

O SR. NILSO SGUAREZI (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, eu requeiro mais uma chamada porque nós conferimos na Portaria e existem 32 Senhores Deputados na Casa. Com certeza não deu tempo de chegarem até o Plenário. Solicitaria que a Mesa fizesse uma terceira chamada em virtude de que na Portaria da Casa constata-se o número de 32 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - A Mesa acata e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a nova chamada nominal dos Senhores Deputados e última.  
(**É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados**).

32 Senhores Deputados responderam a chamada. Há quorum para votação e para prosseguimento da sessão.  
Está em votação. **Aprovado**.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

EM VOTAÇÃO:

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 259/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dá nova redação ao Artigo 51, da Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73, (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS),

conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Substitutivo de Plenário apresentado ao Projeto de Lei Complementar n. 259/83.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente. (assentimento).

Vossa Excelência anunciou o Substitutivo de Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Exatamente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Apresentado por que, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa informa a Vossa Excelência.

Substitutivo subscrito pelos Senhores Deputados Caíto Quintana, Nilso Sguarezi, Rubens Bueno, Nelson Vasconcellos e Edmar Luiz Costa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência poderia anunciar o teor completo desse Substitutivo, determinar a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende e solicita do Senhor Secretário que proceda à leitura do Substitutivo.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Gernote Kirinus) - Procede à leitura do Substitutivo de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação o Substitutivo à Lei Complementar n. 02. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende e irá proceder à verificação de votação.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Esta Presidência defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Responderam a chamada 30 Senhores Deputados. Há quorum para deliberações.

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

A Mesa solicita dos Senhores Deputados que retomem seus assentos para que possamos proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 259/83, queiram levantar-se.

25 Senhores Deputados aprovam, 2 Senhores Deputados rejeitam.

Não há quorum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 175/83, que autoriza o Poder Executivo criar UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR, no Município de União da Vitória. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N. 175/83  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de União da Vitória, uma Unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

Art. 2.º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação própria consignada na Lei de Meios.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA  
Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO  
Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 179/83, que autoriza o Poder Executivo isentar o "JOCKEY CLUB DO PARANÁ" dos encargos contidos na doação feita pelo Estado, transcrita no livro 3-M sob n. 17.386, de 23.05.61, do Cartório da 2.ª Circunscrição, desta Capital, conforme específica. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N. 179/83  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar o Jockey Club do Paraná dos encargos contidos na doação feita pelo Estado, transcrita no Livro 3-M, sob o nú-



mero 17.386, datado de 23 de maio de 1961, do Cartório da 2.<sup>a</sup> Circunscrição, da Comarca da Capital.

Art.2.<sup>o</sup> - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA  
Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO  
Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 243/83, que dá nova Redação ao caput do inciso XVII, do Artigo 1.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 4.245, de 25.07.60, conforme especifica. (Denomina Ivatuba o atual Município de Ivatuva). **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.<sup>o</sup> 243/83  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.<sup>o</sup> - O inciso XVII, do Artigo 1.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 4.245, de 25 de julho de 1960, mantido o texto nos itens 1,2,3,4 e 5, passa vigorar com a seguinte redação:

Art.1.<sup>o</sup> - .....  
.....  
.....

XVII- IVATUBA, com Território desmembrado do Município de Maringá, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes;

Art.2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA  
Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO  
Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 04/84, que autoriza o Poder Executivo estabelecer normas e critérios visando a contratação pelas Repartições Públicas Estaduais da administração direta e indireta de menores pertencentes às Guardas Mirins existentes no Estado e dá outras providências. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.<sup>o</sup> 04/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.<sup>o</sup> - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer normas e critérios visando a contratação pelas repartições públicas estaduais da Administração Direta e Indireta de menores pertencentes às

Guardas Mirins existentes no Estado.

Art.2.<sup>o</sup> - Dos vencimentos a serem pagos pelos serviços executados pelos menores, 50% (cinquenta por cento) do valor a ser percebido, deverá ser depositado em Cader-neta de Poupança em estabelecimento bancário oficial, pelos órgãos competentes dos menores, vinculando-se a respectiva conta com a cláusula de retirada após a maioria legal.

Art.3.<sup>o</sup> - Através do Decreto o Poder Executivo dentro de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, estabelecerá normas para aplicação do estabelecido no artigo 1.<sup>o</sup> desta Lei.

Art.4.<sup>o</sup> - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA  
Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO  
Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 05/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS ESPORTIVOS DO PARANÁ - ACEP", com sede nesta Capital. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.<sup>o</sup> 05/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.<sup>o</sup> - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS ESPORTIVOS DO PARANÁ - ACEP", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art.2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA  
Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO  
Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 10/84, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MANDAGUAÇU", com sede e foro na cidade de Mandaguáçu. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.<sup>o</sup> 10/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.<sup>o</sup> - Fica declarada de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MANDAGUAÇU", com sede e foro na cidade de Mandaguáçu.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 18/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ATALAIA - A.P.M.I.", com sede e foro no Município de Atalaia. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 18/84

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ATALAIA", com sede e foro no Município de Atalaia.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 21/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ", com sede e foro nesta Capital. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 21/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Salvador Gra-

ciano, Nhô Belarmino, como era conhecido, ocorrido na semana passada. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ferrari Junior e Tadeu França, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Omir Fuzari, ocorrido no dia 20 de junho do corrente ano, no Município de Paigandu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Walter Zamarian, ocorrido no dia 20 de junho do corrente ano, em São Paulo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo seja efetuado o pagamento dos funcionários do Estado, obedecendo o critério do R.G., até no máximo o dia 25 de cada mês. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação da PR-281, na altura do KM. 86, entre os Municípios de Francisco Beltrão e Planalto. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto de atendimento da ACARPA, no município de Barra do Jacaré. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada ligando os Municípios de Nova Cantu e Mamborê. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados em reformas de alguns setores do Colégio Professor João Farias da Costa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Nova Cantu. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da rodovia

BR-158 (Campo Mourão a Roncador), ao Colégio Agrícola, localizado no Município de Campo Mourão. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Miguel Alves de Oliveira, pela conquista do Prêmio Produtividade Rural, em âmbito regional, possuindo sua propriedade localizada no Município de Peabiru. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a doação de um trator para prestar auxílio especialmente aos pequenos proprietários rurais do Município de Janiópolis. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de maior cota de materiais de consumo para a Escola Estadual Monteiro Lobato- Ensino de 1.º Grau, no Município de Terra Boa. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a criação e instalação de um Núcleo de Manutenção do DER, no Município de Mariluz. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo solucionar o impasse entre os motoristas que transportam soja e demais

produtos ao Município de Paranaguá e as empresas proprietárias daquelas mercadorias, no que diz respeito ao pagamento de uma taxa afim de poderem estacionar seus caminhões nos locais determinados. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 175/83, 179/83, 243/83, 04/84, 05/84, 10/84, 18/84, 21/84.

##### EM VOTAÇÃO:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 259/83 e dos Projetos de Lei n.ºs 46/84, 48/84, 50/84, 56/84, 83/84, 88/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 25/84, 26/84, 27/84, 28/84, 29/84, 30/84, 31/84, 32/84, 33/84, 34/84, 58/84, 96/84.

##### EM VOTAÇÃO:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 42/84, 57/84, 94/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 35/84, 36/84, 37/84, 38/84, 39/84, 40/84, 41/84, 42/84.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 216/83 e do Projeto de Lei n.º 86/84.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 141/84 e do Projeto de Resolução n.º 108/84.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 12/84, 49/84, e do Projeto de Resolução n.º 113/84.

Levanta-se a sessão.